

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIA JURÍDICA  
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**LUCAS LACERDA DE SOUZA DOS SANTOS**

**A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO NOVO CPC: INSTRUMENTO  
DE ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL**

**FLORIANÓPOLIS**

**2017**

**LUCAS LACERDA DE SOUZA DOS SANTOS**

**A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO NOVO CPC: INSTRUMENTO  
DE ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de  
Graduação em Direito da Universidade Federal  
de Santa Catarina, como requisito à obtenção do  
título de Bacharel em Direito.

---

Prof. Marcus Vinícius Motter Borges

Orientador

FLORIANÓPOLIS  
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE TCC


Aos **05** dias do mês de **Julho** do ano de 2017, às **20** horas e **00** minutos, na Sala **003** do CCJ, foi realizada a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**A estabilização da tutela antecipada no novo CPC: instrumento de acesso à justiça e efetividade da tutela jurisdicional**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Lucas Lacerda de Souza dos Santos**, matrícula **12100125**, composta pelos membros **Marcus Vinícius Motter Borges**, **Luiza Silva Rodrigues** e **Victor Machado Schmitt**, abaixo assinados, obteve a aprovação com nota **8,0 (oito)**, cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

☒ Aprovação Integral

☐ Aprovação Condicionada aos seguintes reparos, sob fiscalização do Prof. Orientador

Florianópolis 05 de Julho de 2017.

  
**Marcus Vinícius Motter Borges**  
Professor Orientador

  
**Luiza Silva Rodrigues**  
Membro de Banca

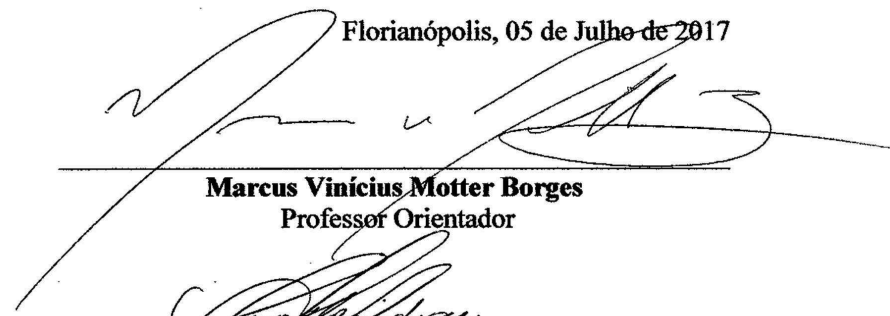
  
**Victor Machado Schmitt**  
Membro de Banca

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

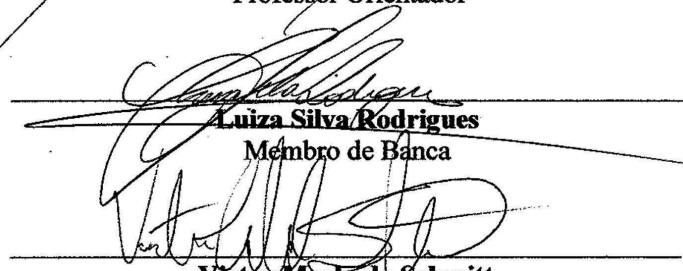
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**A estabilização da tutela antecipada no novo CPC: instrumento de acesso à justiça e efetividade da tutela jurisdicional**”, elaborado pelo(a) acadêmico(a) “**Lucas Lacerda de Souza dos Santos**”, defendido em **05/07/2017** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 8,0 ( OITO ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 05 de Julho de 2017



\_\_\_\_\_  
**Marcus Vinícius Motter Borges**  
Professor Orientador



\_\_\_\_\_  
**Luiza Silva Rodrigues**  
Membro de Banca



\_\_\_\_\_  
**Victor Machado Schmitt**  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

**Aluno(a): Lucas Lacerda de Souza dos Santos**  
**RG: 2.767.719**  
**CPF: 025.683.471-71**  
**Matrícula: 12100125**  
**Título do TCC: A estabilização da tutela antecipada no novo CPC:**  
**instrumento de acesso à justiça e efetividade da tutela jurisdicional**  
**Orientador(a): Marcus Vinícius Motter Borges**

Eu, **Lucas Lacerda de Souza dos Santos**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 05 de Julho de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
**Lucas Lacerda de Souza dos Santos**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Marcus Vinícius, que, de forma pormenorizada, e com muita propriedade, esmiúça as particularidades do processo civil, imprimindo-lhes um viés crítico e contextualizado, de forma a instigar maior zelo na apreensão de seus conceitos. Agradeço por aceitar a incumbência de me guiar no desenvolvimento desse estudo e por desempenhar um papel de tutor, dada a sua preocupação com a formação do aluno em vários espectros inerentes à vida no âmbito jurídico.

A Luiza Rodrigues, por ter aceitado fazer parte de minha banca e, mais, por toda atenção e apoio prestados, em conjunto para aprimorar e melhorar meu conhecimento e a qualidade do presente trabalho.

Aos amigos e colegas do curso, pelo incentivo, pelo apoio, pelos debates, pelo aprendizado em conjunto, durante esses cinco anos.

Aos meus familiares, em especial, aos meus pais, por sempre me propiciarem bases sólidas à minha formação, me apoiando mesmo não estando por perto, fornecendo amor incondicional.

A Deus por ter me ajudado a superar as dificuldades que surgiram ao longo do curso e principalmente pela oportunidade de estar concluindo mais essa etapa de minha vida.

“A Justiça atrasada não é justiça; senão  
injustiça qualificada e manifesta”.

(Rui Barbosa)

## RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir a aplicabilidade do instituto da estabilização da tutela antecipada no Código de Processo Civil de 2015, bem como verificar se tal instituto afigura-se como instrumento favorável à efetividade da prestação jurisdicional e, conseqüentemente, do acesso à justiça. Num primeiro momento será explanado o conceito de acesso à justiça, apresentado por Watanabe como "acesso à ordem justa", demonstrando a sua importância na efetivação da tutela jurisdicional, e, sobretudo na consagração do direito substancial. Sabe-se que o processo civil contemporâneo deve estar comprometido com a efetividade do direito material, assegurando ao cidadão o verdadeiro acesso à justiça, através de instrumentos de proteção, que respondam rapidamente e eficientemente às agressões ou ameaças a direito. Assim, visando o desenvolvimento do processo célere e equânime, que responda adequadamente às pretensões de direito material, mostra-se necessário a modernização do sistema jurisdicional e a introdução de novos instrumentos processuais, capazes de eliminar as etapas obsoletas do processo e reduzir o excesso de formalismo. Neste sentido, a técnica de cognição sumária vislumbra-se de fundamental importância para a criação de procedimentos céleres e aptos a satisfazer o direito do autor, como é o caso das tutelas de urgência. Destarte, uma vez que o direito de acesso à justiça tem por conseqüência lógica o direito à pré-ordenação de procedimentos adequados à tutela dos direitos, este deve estar preocupado com a efetividade da tutela jurisdicional e com um processo que propiciasse resultados. Logo, revela-se imprescindível não apenas a adequação do direito processual ao direito material, mas, fundamentalmente, a implementação de uma tutela diferenciada que atenda aos anseios sociais, isto é, que viabilize uma tutela tempestiva, adequada e efetiva, ajustada às peculiaridades das situações substanciais controvertidas. É neste contexto que surge no Código de Processo Civil de 2015 um instrumento processual capaz de garantir maior efetividade e celeridade à tutela jurisdicional. Trata-se de procedimento diferenciado, denominado estabilização da tutela antecipada, cujo principal objetivo é garantir maior agilidade e eficiência as pretensões materiais, propiciando o verdadeiro alcance da "ordem jurídica justa.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça, efetividade, tutela jurisdicional, tutela diferenciada, estabilização da tutela antecipada.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 ACESSO À JUSTIÇA E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>	<b>11</b>
1.1 A evolução da ideia de acesso à justiça: do acesso formal ao acesso à ordem jurídica justa.....	11
1.1.1 <i>A abrangência do direito de ação</i> .....	15
1.1.2 <i>O processo como instrumento de acesso à justiça</i> .....	16
1.2 Obstáculos para efetivação da prestação jurisdicional .....	19
1.3 Efetividade e razoável duração do processo como requisitos para o acesso à justiça substancial .....	21
<b>2 A TÉCNICA DA COGNIÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EFETIVOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS TUTELAS DIFERENCIADAS .....</b>	<b>25</b>
2.1 Cognição: a técnica destinada à construção de procedimentos diferenciados .....	25
2.2 Tutela jurisdicional definitiva e provisória.....	29
2.3 A necessidade da implementação de tutelas diferenciadas .....	32
<b>3 A TUTELA PROVISÓRIA E O INSTITUTO DA ESTABILIZAÇÃO NO CPC DE 2015 .....</b>	<b>36</b>
3.1 Tutela provisória.....	36
3.2 Tutela de urgência .....	46
3.3 A estabilização da tutela antecipada como instrumento da efetividade do processo e do acesso à justiça.....	52
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal analisar o instituto da estabilização da tutela antecipada no novo Código de Processo Civil, bem como verificar se tal instituto afigura-se como instrumento favorável à efetividade da prestação jurisdicional e, consequentemente, do acesso à justiça.

Para tanto, parte-se da premissa geral, referente à questão do princípio do acesso à justiça como “ordem jurídica justa” e a necessidade de um sistema processual moderno, capaz de garantir instrumentos hábeis à efetivação dos direitos fundamentais esculpidos pela atual ordem constitucional.

No primeiro capítulo, será abordado o conceito amplo de acesso à justiça trazido por Watanabe como “acesso à ordem justa”, bem como o direito de ação, na sua amplitude, o qual é consubstanciado como eixo principiológico e garantidor do processo.

Assim, não obstante a diversidade da temática que envolve o acesso à justiça, reitera-se, que o mesmo é tratado neste capítulo, e ao longo dos demais, como não restrito exclusivamente, no acesso ao Poder Judiciário.

O segundo capítulo está alicerçado na necessidade de aprimoramento de novas técnicas e procedimentos, uma vez que em prol da segurança jurídica, por muito tempo, processo efetivo era aquele realizado apenas através de técnica de cognição exauriente, mostrando-se em muitos casos insuficiente e inócuas.

Neste contexto, pautado na necessidade de viabilizar instrumentos processuais diferenciados, capaz de concretizar efetivamente o direito substancial, serão abordadas técnicas de cognição (exauriente e sumária), tutelas jurisdicionais (definitiva e temporária) e tutelas diferenciadas (cautelar e satisfativa), visando à efetividade do processo como instrumento da tutela de direitos.

No terceiro capítulo, será abordado o instituto da tutela antecipada no novo CPC, destacando aspectos no que tange ao seu fundamento (urgência e evidência), a sua natureza (satisfativa ou cautelar) e ao seu procedimento (antecedente ou incidental).

Ainda no terceiro capítulo, serão realizadas breves considerações sobre o sistema processual francês e italiano, no que concerne a estabilização da tutela antecipada.

Por fim, é realizada ampla explanação sobre o instituto da estabilização no Projeto do novo CPC, ressaltando sua importância como instrumento diferenciado, e demonstrando a sua capacidade de propiciar maior celeridade e efetividade ao processo.

A técnica para elaboração da pesquisa será prescritiva, pautando-se em

referencial teórico-bibliográfico de diversos autores especializados na área objeto em estudo, sendo utilizado o método dedutivo.

## **1 ACESSO À JUSTIÇA E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Para que seja possível uma análise adequada da temática relativa à efetividade da prestação jurisdicional, apresenta-se fundamental, compreender que o conceito de “acesso à justiça” contempla uma diversidade de valores e garantias que não se limitam ao viés processual.

Assim, a efetividade da prestação jurisdicional, depende, sobretudo, da consumação do direito substancial, que se dará por meio de instrumentos capazes de garantir a tutela jurisdicional, justa, adequada e tempestiva, conforme será elucidado ao longo do trabalho.

### **1.1 A evolução da ideia de acesso à justiça: do acesso formal ao acesso à ordem jurídica justa**

Primeiramente, antes de adentrar no conceito de acesso à justiça, mostra-se imprescindível fazer uma breve contextualização histórica para compreender as necessárias transformações no estudo do processo civil.

Cappelletti e Garth, pautados em uma concepção liberal de Estado, explicam que durante os séculos XVIII e XIX, a resolução dos conflitos era pautada nos direitos individuais, sendo que o acesso à proteção jurisdicional se alicerçava fundamentalmente no direito formal para ingressar ou defender-se em uma demanda judicial. (2002, p.9)

No Brasil, o acesso à justiça foi reconhecido como direito fundamental com a promulgação da Constituição de 1946, dispondo no parágrafo 4º, art. 141, que: “a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário, qualquer lesão ou ameaça a direito individual” (SEIXAS; SOUZA, 2013).

Bezerra assegura que o acesso à justiça é antes de tudo um direito natural, ao que dizer que:

[...] quando se pensa a justiça, não está apenas querendo observar o aspecto formal da justiça, nem seu caráter processual. Argumenta-se com um valor que antecede a lei e o processo. O acesso à justiça, pois, nessa perspectiva, é um direito natural, um valor inerente ao homem, por sua própria natureza. A sede de justiça, que angustia o ser humano, tem raízes fincadas na teoria do direito natural (2001, p. 119-120).

No mesmo sentido, Cappelletti e Garth destacam que muito embora o acesso à justiça pudesse ser considerado um direito natural, o seu surgimento antecedeu ao Estado, fato que, por certo, acabara obstaculizando o efetivo acesso à justiça, vez que não era uma preocupação

do Estado, a defesa dos interesses individuais pautado nas desigualdades entre os litigantes (2002, p.9).

Portanto, o acesso à justiça não era um direito fundamental, e sim, um direito natural e, como tal, não precisava da proteção do Estado, mantendo-se passivo no que concernia à relação processual, cabendo a cada pessoa identificar e lutar pelos seus direitos.

Nesta época, o acesso à justiça era alcançado apenas por aqueles que tinham condições formais para obter a almejada tutela jurisdicional, portanto, era um direito efetivamente de poucos.

Destaca-se que, em virtude da multiplicidade de demandas e relacionamentos sociais heterogêneos, o acesso à justiça passou por reformas no século XX, deixando para trás os direitos individuais, e engrandecendo os direitos sociais, com a ampliação dos direitos humanos.

Dessa forma, o modelo liberal foi rompido, consolidando o Estado Social com a inserção dos direitos coletivos. Tal fato propiciou o reconhecimento dos direitos e deveres sociais pela atuação positiva de um Estado Democrático de Direito (CAPPELLETTI; GARTH, 2002, p. 9-10).

É pertinente dizer que Alexandre de Moraes conceitua Estado Democrático de Direito como sendo “a exigência de reger-se por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais” (2004, p. 53).

Neste contexto, o acesso à justiça deixou de restringir-se apenas aos direitos individuais e passou a ser consagrado como um direito fundamental, estendendo-se a qualquer direito.

Com o advento do Estado Democrático, o acesso à justiça passou a ser visto:

[...]como requisito fundamental- o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. [...] Os juristas precisam [...] reconhecer que as técnicas processuais servem a funções sociais [...] e que qualquer regulamentação processual [...] tem efeito importante sobre a forma como opera a lei substantiva. [...] O "acesso" não é apenas um direito social fundamental, crescentemente reconhecido; ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica (CAPPELLETTI; GARTH, 2002, p. 12-13).

A partir da formação do Estado Democrático de Direito, o ser humano deve ser reconhecido como sujeito de direitos, destacando que: “A relação entre acesso à justiça e direitos humanos é uma conquista recente, sobretudo quando se trata do reconhecimento do

direito humano de acesso à ordem jurídica justa, ainda que conceitos como justiça, direitos e homem, como representante da espécie humana, sejam estudados desde a Antiguidade” (ANONI, 2008, p. 29).

De fato, é somente a partir da consolidação do Estado Democrático de Direito que a relação entre justiça-poder e direito de acesso passou a ser compreendida por meio do referencial humano, tornando o indivíduo sujeito de direitos e, portanto, detentor de expectativas frente ao Estado, dentre elas a administração da justiça.

No tocante à natureza jurídica relacionada ao acesso à justiça, Medeiros (2012), destaca que possui caráter dúplice de direito-garantia, ou seja, além do status de direito fundamental, constitui-se como importante instrumento de efetivação de outros direitos.

Cappelletti e Garth descrevem que a expressão acesso à justiça, possui dois objetivos principais no sistema jurídico; "Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos" (2002, p. 8).

Neste sentido, Cappelletti e Garth enfatizam que o acesso formal à justiça não corresponde a acesso efetivo, tendo em vista a desigualdade do acesso ao judiciário e, das diferenças dos resultados produzidos, acarretando, por conseguinte, em injustiças produzidas pelo próprio sistema (2002, p. 9).

Medeiros explica que a definição de acesso à justiça está intimamente ligada com a ideia de igualdade, todavia, alerta que não é mais aceitável apenas aquela "igualdade formal" arraigada na época do Estado Liberal (2013, p. 9).

Sobre o assunto, assegura Marcacini que:

[...] Mais do que a mera igualdade formal a garantia de tratamento igualitário pela lei, a proibição de privilégios legais, é necessário falar-se em igualdade de possibilidades. Em um Estado verdadeiramente democrático, todos devem ter, substancialmente, na sociedade, as mesmas possibilidades de desenvolvimento social, intelectual, econômico, enfim, todos devem viver em condições compatíveis com a dignidade humana, condições estas que, por sua vez não são estáticas, mas devem acompanhar o estágio e o desenvolvimento tecnológico da sociedade (2003, p. 09-10).

Dadas estas considerações, ante a obscuridade e as diversas interpretações imputadas pela doutrina, Rodrigues apresenta dois significados para a expressão "acesso à justiça", explicando que o primeiro trata como sinônimo acesso à justiça e acesso ao Poder Judiciário, e o segundo possui ampla visão, uma vez que contempla o acesso à justiça com uma visão axiológica, ou seja, uma ordem de valores e direitos fundamentais intrínsecos ao homem, bem como o acesso ao judiciário (1994, p. 28-29).

Assim, vê-se a necessidade de propiciar o acesso, não apenas enquanto instituição

estatal, mas também possibilitar o acesso à “ordem jurídica justa” (WATANABE, 1988, p.128).

Nesta conjuntura, de acordo com Watanabe, uma ordem jurídica justa envolve:

[...] o direito à informação e perfeito conhecimento do direito substancial e à organização de pesquisa permanente a cargo de especialistas e orientada à aferição constante da adequação entre ordem jurídica e a realidade sócio- econômica do País; [...] direito de acesso à Justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa; [...] direito à preordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a efetiva tutela de direitos; [...] direito à remoção de todos os obstáculos que se antepõem ao acesso efetivo à Justiça com tais características (1998, p.135).

De acordo com Oliveira, acesso à ordem jurídica justa, deve ser compreendido como:

[...] acesso a um processo justo, ou seja, a garantia de acesso a uma justiça imparcial, que não só possibilite a participação efetiva e adequada das partes no processo jurisdicional, mas que também permita a efetividade da tutela dos direitos, consideradas as diferentes posições sociais e as específicas situações de direito substancial. O processo que não produza um resultado justo, assim considerado aquele que não atinge seus objetivos éticos ou que repele, direta ou indiretamente, os influxos axiológicos da sociedade, é, na verdade, um processo injusto e, por isso, inibidor do acesso à justiça (2010, p. 46).

Santos, assegura que “com a consagração constitucional dos novos direitos econômicos e sociais o direito ao acesso efetivo à justiça transformou-se em um “*direito charneira*”, cuja sua denegação provocaria a denegação dos demais direitos” (2003, p. 167).

Assim, uma vez que o direito de acesso à justiça é imprescindível para assegurar demais direitos como os individuais e sociais, faz-se necessária a criação de mecanismos aptos, capazes de garantir a real efetividade, sob pena de tornar utópica a consagração dos direitos já conquistados.

No entendimento de Baluta, a nova visão de acesso à justiça deve levar em conta:

[...] o bem estar coletivo, a qual deve ser viabilizada através de uma assistência jurídica compromissada com os necessitados enquanto pessoas, seres- não entes processuais- e que se constitua em "importante mecanismo de promoção da integração social dos setores desfavorecidos [...]; questão que já não depende apenas do direito. Depende, sim, do homem. Do homem juiz e do homem jurisdicionado (2008, p.33).

Watanabe (1988) assevera que o Direito vem sendo utilizado como instrumento de governo para concretização de metas e projetos econômicos. No entanto, deveria estar em prol da equidade e do bem-estar da coletividade, preocupado com o direito substancial, ajustado à realidade social, interpretado e aplicado de modo a propiciar o efetivo acesso à justiça.

Neste enfoque, o referido trabalho será desenvolvido, conjuntamente sob duas óticas

de acesso à justiça, a primeira sob uma ótica constitucional de valores e direitos, de "acesso à ordem justa", apresentada por Watanabe, e a segunda atrelada ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal que prevê que: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito", ou seja, o acesso ao Poder Judiciário. O princípio da inafastabilidade da jurisdição, por sua vez, encontra-se ligado à ideia de direito de ação e instrumentalidade, conforme será abordado posteriormente.

### *1.1.1 A abrangência do direito de ação*

Destaca-se que o direito de acesso à justiça está protegido pelo art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República de 1988, cujo principal objetivo é a prestação de uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, célere e tempestiva, propiciando a verdadeira igualdade de oportunidades.

É importante destacar que de acordo Marinoni (1998, p. 18), tem-se que:

[...] o direito de acesso à justiça, garantido pelo art. 5º, XXXV, da Constituição da República, não quer dizer apenas que todos têm direito de ir a juízo, mas também quer significar que todos têm direito à adequada tutela jurisdicional ou à tutela jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva.

Neste contexto, de acordo com Nelson Nery Júnior (2004), a nova redação constitucional consagrou o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, vetando qualquer tipo de afronta à garantia de direito de ação. Assim, o referido princípio, é também conhecido como "direito de ação", e prevê o acesso à justiça, indistintamente por todos, a fim de requerer tutela jurisdicional preventiva ou reparatória.

Frisa-se, oportunamente, que a proteção constitucional do direito de ação, não se limita ao mero ingresso ao Judiciário. A previsão constitucional refere-se, sobretudo, à proteção, à lesão ou ameaça a direito, ou seja, está vinculado a uma situação de direito material. Cuida-se, portanto, de garantir, através da Constituição, meio eficiente de proporcionar a efetiva tutela jurisdicional (BEDAQUE, 2009, p. 90).

Adriana Pilati enfatiza que para garantir a efetividade da prestação jurisdicional, o acesso à justiça não pode limitar-se ao acesso formal ao Judiciário, e portanto, "no sentido de direito fundamental, previsto na Constituição e pela legislação infraconstitucional, o processo deve ser manipulado de modo a proporcionar às partes acesso à justiça formal e material" (2009).

Assim, não basta que o cidadão tenha o direito de recorrer ao judiciário em busca da



solução dos conflitos, vez que este não deve limitar-se a uma instituição que se resume à resolução de lides, de um ponto de vista puramente processual (SILVA, 2007, p.150).

Destaca-se que de nada adianta a existência de direito constitucional protegido, se não houver um sistema processual que garanta uma tutela jurisdicional realmente adequada, um sistema capaz de assegurar os direitos previstos no plano substancial. Logo, é fundamentalmente importante que o princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional guarde íntima relação com o direito processual, visando garantir a efetividade à tutela de direitos.

Por outro lado, importante mencionar que o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional não abarca apenas o direito de ação, mas, fundamentalmente, assegura o devido processo legal. Este, contudo, enfatiza-se que não se limita ao contraditório e a ampla defesa, uma vez que o real acesso à justiça visa garantir a efetividade de direitos sociais básicos, devendo ser assegurado por instrumentos processuais aptos à efetiva realização do direito, aptos à concretização de uma ordem jurídica justa (BEDAQUE, 2009, p. 93).

Dessa forma, sublinha-se, que o direito de ação é consubstanciado como eixo principiológico e garantidor do processo, devendo, portanto, haver interação harmônica entre o direito processual e o material.

De acordo com Bedaque é necessário adequar o sistema processual às necessidades do direito material, uma vez que:

[...] requer soluções cada dia mais rápidas, sem que isso implique, todavia, sacrifício indevido da posição de um dos sujeitos parciais da relação processual. [...] Pretende-se seja o direito constitucional de ação garantia idônea a assegurar em concreto os direitos reconhecidos pelo legislador material (2009, p. 84).

Por isso, para que o acesso à justiça seja prestado de forma plena, é preciso assegurar não apenas o simples acesso ao Poder Judiciário e a possibilidade de demandar, mas, principalmente, o direito elementar de obter a tutela jurisdicional efetiva e célere, através de instrumentos adequados, aptos a atingir indiscriminadamente grande parcela da sociedade.

### *1.1.2 O processo como instrumento de acesso à justiça*

Sabe-se que processo é um importante instrumento capaz de assegurar a tutela de direitos, e, portanto, deve conter “mecanismos” aptos a propiciar decisões justas, tempestivas, úteis, e, principalmente, efetivas aos jurisdicionados (WAMBIER; TALAMINI, 2012, p.71).

Marinoni (2000), por sua vez, assevera que o acesso à justiça está relacionado com o

acesso a um processo justo, com sua imparcialidade, e com o real envolvimento das partes, mas, sobretudo, com a efetividade da tutela de direitos, levando-se em conta as diferenças sociais e eminentemente o direito substancial.

Neste sentido, Bedaque e Tucci destacam que:

[...] a Constituição procura estabelecer, pois, o processo justo, ou seja, o instrumento que a sociedade politicamente organizada entende necessário para assegurar adequada via de acesso à solução jurisdicional dos litígios" (2002, p.17).

Nesse sentido, o processo é, pois um instrumento que deve ser utilizado como meio de efetivação do direito substancial, e, portanto, deve ser compreendido através de sua utilidade, isto é, a partir do escopo da jurisdição, a qual pode ser:

[...] escopo social, que visa à pacificação social por meio de preceitos constitucionais; [...] escopo político, que se destina a assegurar a dignidade, a liberdade e a participação das pessoas no processo político do Estado Democrático; [...] e o escopo jurídico, que prevê que a técnica processual deve alcançar resultados, ou seja, o processo deve estar voltado para aplicação de sanção, mas, sobretudo, primar pela justa composição (DINAMARCO, 2003, p.182- 217).

Assim, deve o processo ser observado não apenas como instrumento técnico, mas, essencialmente, como instrumento ético, capaz de atender aos fins sociais, políticos e jurídicos de um Estado Democrático de Direito.

Marinoni (2017), partindo do pressuposto que o processo é um instrumento de realização do direito material, afirma que por imposição constitucional, deve proporcionar uma tutela jurisdicional que garanta, no plano processual, não só meios e técnicas necessárias para usufruto do direito requerido, mas também deve permitir sua realização concreta no momento necessário e adequado.

Dinamarco (2003), por sua vez, identifica a instrumentalidade, em sentido positivo, como correlata à efetividade do processo. Nesse sentido faz-se necessário incrementar ao sistema processual novos instrumentos e técnicas processuais, tendo em vista o emprego do processo como instrumento que faça justiça as partes e que seja aberto ao maior número de pessoas.

Acerca da relação da Instrumentalidade com a efetividade do processo, Bedaque destaca que:

"[...] a natureza instrumental do direito processual impõe que sejam seus institutos concebidos em conformidade com as necessidades do direito substancial. Isto é, a eficácia do sistema processual será medida em função de sua utilidade para o ordenamento jurídico material e para a pacificação social. Não interessa, portanto, uma ciência processual conceitualmente perfeita, mas que não consiga atingir os resultados a que se propõe. Menos tecnicismo e mais justiça, é o que se pretende (2009, p.19).

Faz-se importante ressaltar que na visão de Bedaque processo efetivo é aquele:

[...] dotado de mecanismos adequados à proteção de qualquer direito e acessíveis a quem se apresente como o respectivo titular. Deve ainda proporcionar, na medida do possível, a reprodução exata do fenômeno substancial, possibilitando ao juiz visão correta da realidade. Por fim, é preciso assegurar àquele a quem for reconhecida a condição de titular do direito a possibilidade de usufruir plenamente dessa situação de vantagem, devendo o resultado ser obtido com dispêndio mínimo de tempo e energia (2009, p. 80).

No que tange a processo efetivo, Barbosa Moreira, destaca:

[...] querer que o processo seja efetivo é querer que desempenhe com eficiência o papel que lhe compete na economia do ordenamento jurídico. Visto que esse papel é instrumental em relação ao direito substantivo, também se costuma falar da instrumentalidade do processo. Uma noção conecta-se com a outra e por assim dizer a implica. Qualquer instrumento será bom na medida em que sirva de modo prestimoso à consecução dos fins da obra a que se ordena; em outras palavras, na medida em que seja efetivo. Vale dizer: será efetivo o processo que constitua instrumento eficiente de realização do direito material (2002, p. 181).

Neste contexto, Dinamarco (2005) acrescenta dizendo que falar de efetividade do processo pressupõe a implementação dos princípios e garantias, fundados nos parâmetros de justiça. Logo, deve alcançar a segurança jurídica com base nos preceitos da celeridade, e buscar a sua função social, ainda que deficiente sob a ótica jurídica.

Lamy (2004, p. 79), por sua vez, acentua a importância da função instrumental do processo, como meio apto à concretização do direito material, e efetivação jurisdicional, destacando que:

[...] O desenvolvimento do processo não pode perder de vista a sua função instrumental em relação ao direito substancial. Embora o processo seja mais do que meio através do qual a jurisdição aplica o direito material ao caso concreto (tal a importância das garantias processuais fundamentais), não há dúvida de que o processo necessita estar cada vez mais próximo ao direito material, pois pouco vale o instrumento sem a substância.

Assim, a efetividade do processo é um direito fundamental, também qualificado como “direito de acesso à justiça”. Isto impõe, não apenas o direito à prestação jurisdicional, mas, sobretudo, a sua concretização através de decisão justa, em prazo razoável, capaz de atuar de forma efetiva no mundo dos fatos, e preservar os princípios da efetividade da jurisdição e da efetividade do processo (ZAVASCKI, 1997, p. 64).

No entanto, para garantir a efetividade do processo, mostra-se necessário romper com os obstáculos que impossibilitam a concretização dos direitos substanciais, primando pela garantia dos princípios constitucionais, e, sobretudo, assegurando o pleno acesso à justiça.

## 1.2 Obstáculos para efetivação da prestação jurisdicional

Se nas fases anteriores do acesso à justiça, compreendida na transição dos séculos XVIII para o século XIX, o obstáculo a ser transposto eram espécies de pobreza econômica e organizativa, tem-se que: “o obstáculo do momento é o próprio processo, a estrutura do sistema processual encontrado em cada ordenamento em seus pontos de incompatibilidade com a efetivação dos novos direitos” (CIANCI, 2013, p. 24).

Ao passo que o Estado, proibiu a autotutela e tomou para si o monopólio do poder jurisdicional, obrigou-se a prestar tutela jurisdicional de forma eficiente e comprometido com resultados. Dessa maneira, assumiu para si a responsabilidade de garantir à sociedade o acesso pleno à justiça, através de instrumentos processuais aptos a garantir a efetiva realização da tutela (ZAVASCKI, 1997, p. 64).

Assim, com o desenvolvimento do Estado Contemporâneo, tornou-se considerável o aumento de litigantes na busca pela almejada prestação jurisdicional. Este fato repercutiu no crescente número de processos, o que tornou, por conseguinte, notória a necessidade de se tornar a prestação jurisdicional mais efetiva. Nesse contexto, somam-se a morosidade exacerbada e o excesso de formalismo procedimental (GRINOVER, 1998, p. 9-10).

O tempo despendido em relação aos processos é um problema universal, sendo uma tendência mundial e continuada dos legisladores em tentar agilizar a Justiça. Sendo assim, em tempos atuais, com o aumento da procura por acesso à Justiça, essa situação agrava-se e merece maior atenção a necessidade de reformulação da lei processual (MARINONI, 2017 *apud* ARRUDA, 2006).

Capelletti e Garth (2002) sustentam que a justiça mostra-se inacessível para muitas pessoas porque não exerce sua função em prazo razoável. Logo, os efeitos do tempo de tramitação processual podem ser devastadores, uma vez que acarreta no aumento de custos, o que justifica ser um dos motivos de abandono da causa ou acordos com montante pecuniário inferior ao que a parte vencedora teria direito.

Neste contexto, Rodrigues (1994) certifica que estas desigualdades socioeconômicas propiciam entraves ao acesso ao Judiciário, uma vez que as demandas judiciais instituem um alto dispêndio financeiro, inviabilizando o pleno acesso à justiça por parte da população que não detém de recursos.

De acord com Marinoni, o principal problema da justiça civil era e continua sendo a morosidade processual, destacando que:

[...] Todos sabem que os mais fracos ou mais pobres aceitam transacionar sobre seus direitos em virtude da lentidão da justiça, abrindo mão de parcela da pretensão que provavelmente seria realizada, mas depois de muito tempo. A demora do processo, na verdade sempre lesou o princípio da igualdade (2006, p. 22).

Neste sentido, Rodrigues afirma que o Poder Judiciário apresenta diversos problemas estruturais e históricos, que acabam por obstaculizar o acesso à justiça, dentre eles destacam-se:

[...] a morosidade existente na prestação jurisdicional; a carência de recursos materiais e humanos; a ausência de autonomia efetiva em relação ao Executivo e ao Legislativo; a centralização geográfica de suas instalações, dificultando o acesso de quem mora nas periferias; o corporativismo de seus membros; e a inexistência de instrumentos de controle externo por parte da sociedade [...] e a falta de conhecimento de melhor qualidade sobre o fenômeno jurídico (1994, p.46-47).

Estes problemas, somados ao formalismo e à lentidão processual, acarretam na ausência de respostas ou mesmo na resolução inadequada dos conflitos, que acaba levando o poder jurisdicional e o próprio direito ao descrédito da população (RODRIGUES, 1994, p. 47).

No que diz respeito à problemática envolvendo o Poder Judiciário brasileiro, João Batista Lopes afirma que:

[...] as causas da morosidade da justiça são várias – anarquismo da organização judiciária, falta de recursos financeiros, deficiências da máquina judiciária, burocratização dos serviços, ausência de infraestrutura adequada, baixo nível de ensino jurídico e aviltamento da remuneração dos servidores – e nenhuma delas, isoladamente, explica o quadro atual da lentidão dos processos (MARINONI, 2017, p. 71, apud LOPES, 2002, p. 105).

Posto isso, Watanabe (1988) ressalta que é necessário encarar os obstáculos que inviabilizam a efetividade do direito, propondo uma nova roupagem aos institutos e categorias processuais, aliados a novos métodos na resolução dos conflitos.

Outrossim, Câmara (2013), assegura que o processo civil deve ser eficiente e apto a solucionar os problemas que lhe são postos, por isso mostra-se fundamental a implementação de um sistema capaz de prestar tutela jurisdicional, comprometida com resultados equânimes e eficientes. Logo, um modelo constitucional de processo civil, deve ser eficiente e justo, ou seja, pressupõe a observância das respectivas garantias; duração razoável do processo e devido processo legal.

Destarte, para romper com os obstáculos que efetivam a garantia do devido processo legal, mostra-se necessária uma reforma estrutural profunda. Para isso, aponta-se essencial a modernização de práticas processuais, uma distribuição mais adequada de servidores, e o desenvolvimento de novas tecnologias. Tudo a serviço de um padrão inovador de prestação

jurisdicional comprometida com a eficiência (CÂMARA, 2013).

Nesse sentido cabe destacar que o CPC de 2015 será apresentado no terceiro capítulo como uma tentativa do legislador de modernização de práticas processuais.

Assim, torna-se essencial a criação de novos mecanismos processuais, os quais devem ser simplificados e céleres, aptos a concretizar a almejada prestação jurisdicional eficiente e a efetivação do direito de acesso à justiça (RODRIGUES, 1994, p. 44).

Sobre o formalismo e atos protelatórios existentes no Código de Processo Civil de 73, cabe destacar que “somente procedimentos rápidos e eficazes têm o condão de realizar o verdadeiro escopo do processo” (RODRIGUES, 1994 *apud* TEXEIRA, 1993, p. 92).

Partindo de tal pressuposto, foi que o legislador do Código de Processo Civil de 2015 “tem criado técnicas fundadas na sumariedade da cognição com vistas a agilizar a prestação da tutela jurisdicional” (ALVIM, 2017, p. 20).

Diante do exposto, verifica-se, pois, que a morosidade encontra-se como um dos principais obstáculos à prestação jurisdicional, uma vez que afronta a garantia da duração razoável do processo e inviabiliza a efetividade do acesso pleno à justiça. Nota-se, ainda, que o formalismo processual não pode servir de entrave para que o acesso à justiça seja de fato adequado, tempestivo e efetivo.

Assim, visando o desenvolvimento do processo justo e equânime, mostra-se necessário a modernização do sistema jurisdicional e a introdução de novos instrumentos processuais, capazes de eliminar as etapas obsoletas do processo, reduzir o excesso de formalismo e principalmente promover a efetividade do direito substancial.

### **1.3 Efetividade e razoável duração do processo como requisitos para o acesso à justiça substancial**

Ante uma situação de urgência, o tempo necessário para obtenção da tutela pode colocar em risco sua efetividade. Sendo assim, torna-se essencial não apenas que se garanta o acesso à justiça, mas, fundamentalmente, o direito a uma tutela jurisdicional efetiva, dentro de um prazo razoável.

O problema relacionado com a morosidade resultou na garantia constitucional da razoável duração do processo, através da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, a qual resultou na inclusão do inciso LXXVIII, no art. 5º, ao dispor que: “[...] LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Cabe destacar que muito embora esta garantia só tenha conquistado o status constitucional em 2004, a previsão do prazo razoável, está prevista no art.8, do Pacto de São José da Costa Rica, recepcionado no Brasil pelo Decreto n. 678/1992, dispondo:

[...]“Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

Esta garantia constitucional de acesso à justiça garante não apenas o direito de ação, mas, fundamentalmente, o direito a uma tutela jurisdicional efetiva, dentro de um prazo razoável. Tal afirmação encontra-se em consonância com art. 4º do CPC/15, ao dizer que: “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

Assim, importante frisar, que o conceito de acesso à justiça abarca tanto a garantia relacionada à efetividade quanto a duração razoável do processo, e, portanto, não há mais como compreendê-las como direito fundamental meramente abstrato. Uma vez positivados pela Constituição, esses direitos devem ser reconhecidos como norma jurídica apta a produzir efeitos.

Assim, com viés constitucionalista, a ideia de efetividade expressa:

[...] o cumprimento da norma, o fato real de ela ser aplicada e observada, de uma conduta humana se verificar na conformidade de seu conteúdo. [...] em suma, significa a realização do Direito, o desempenho concreto de sua função social. Ela representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação, tão íntima quanto possível, entre o dever-ser normativo e o ser da realidade social (BARROSO, 2013, p. 243).

Salienta-se, entretanto, que efetividade transcende o aspecto puramente processual, na medida em que está intimamente relacionada com a pacificação social e a plena realização do Direito material.

Medeiros (2013), propõe que a efetividade deva ser tratada sob o enfoque inclusivo, sobretudo porque grande parcela da população não tem direito ao real acesso à justiça. Assim, no intuito de romper com os obstáculos que impedem este acesso, é necessária a observância dos direitos fundamentais, propiciando a verdadeira igualdade de oportunidades.

É o que Capelletti e Garth denominam como “igualdade de armas”, um ideal de efetividade perfeita, no que tange ao direito substantivo, isto é, as diferenças existentes entre as partes devem limitar-se tão-somente a questões concernentes ao mérito jurídico (2002, p. 15).

Bedaque expressa que a efetividade significa o amplo acesso à atividade do Estado,

através de instrumentos aptos para alcançar o resultado útil, isto é, assegurar o direito material (2009, p. 80).

Partindo deste prisma, Marcacini (2003) assevera que não basta à existência de um ordenamento jurídico que assegure direitos aos cidadãos, é preciso que eles possam exercê-los de forma eficaz, vez que a garantia formal por si só não garante a efetividade de que todos serão tratados de maneira uniforme perante a lei.

Rodrigues afirma que o efetivo acesso à justiça pressupõe a presença de fatores diversificados que não dizem respeito tão-somente a um direito jurídico-processual, mas necessariamente à presença:

[...] de um direito material legítimo e voltado à realização da justiça social; [...] de uma administração estatal preocupada com a solução dos problemas sociais e com a plena realização do Direito; [...] de instrumentos processuais que permitam a efetividade do direito material, o pleno exercício da ação e da defesa e a plenitude da concretização da atividade jurisdicional; e [...] de um Poder Judiciário axiologicamente em sintonia com a sociedade na qual está inserido e adequadamente estruturado para atender às demandas que se lhe apresentam (1994, p. 15).

Portanto, a efetividade e o acesso à justiça devem ser vistos como requisitos fundamentais de um sistema jurídico moderno e igualitário, que visa não apenas garantir, mas efetivar os direitos dos indivíduos.

Desta maneira, falar em efetividade significa falar em tutela jurisdicional capaz de viabilizar a concretização do direito material, salvaguardando o princípio da razoável duração do processo, o que implica, por sua vez, na necessidade de técnicas e procedimentos mais adequados ao processo contemporâneo, voltados para os objetivos sociais, políticos e jurídicos. Isto é, a imprescindibilidade de um sistema processual capaz de servir de instrumento eficiente e equânime na busca pela ordem jurídica justa.

Ao analisarmos a ideia de acesso à justiça, partindo de uma perspectiva formal para o conceito de acesso a uma ordem jurídica justa, demonstrou-se que o acesso à Justiça não se limita ao acesso ao Poder Judiciário, estando consubstanciada com o princípio da igualdade de possibilidades, com valores e garantias constitucionais, e, sobretudo, com a efetivação do direito substancial.

Partindo de uma análise com princípios constitucionais, restou claro que o acesso ao Poder Judiciário encontra-se ligado não apenas ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, como também a ideia de direito de ação e instrumentalidade.

Dessa forma, cabe destacar que na visão de Ribeiro (2017), para atender à crescente demanda, além de necessária uma reestruturação do Judiciário, no plano processual, deve-se providenciar meios processuais aptos a tutelar tempestivamente todos os direitos.



Sendo assim, conclui-se que acesso à justiça apenas será pleno, quando além de assegurado ao cidadão o ingresso ao judiciário, obtiver a tutela jurisdicional de forma efetiva e célere, através de instrumentos adequados, aptos a garantir a efetividade da tutela de direitos.

## **2 A TÉCNICA DA COGNIÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EFETIVOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS TUTELAS DIFERENCIAIS**

O processo deve se estruturar de maneira tecnicamente capaz de permitir a prestação das formas de tutela prometidas pelo direito material, de modo que entre as tutelas dos direitos e as técnicas processuais deve haver uma relação de adequação.

Para tanto, faz-se necessário romper com o conceito de processo atrelado à segurança jurídica, a qual era obtida através da técnica de cognição exauriente, que por sua vez implicava no aumento significativo do tempo e, conseqüentemente, numa tutela jurisdicional deficiente.

Neste contexto, o estudo do processo civil contemporâneo, percebeu que o fator tempo era um dos principais problemas à efetividade do processo, uma vez que, para ser efetivo, o processo deve necessariamente estar comprometido com resultados, e isso, sem dúvida, pressupõe celeridade e técnicas adequadas a este fim.

Destarte, viu-se a imprescindibilidade de harmonização entre dois princípios constitucionais, quais sejam: segurança jurídica e efetividade (que pressupõe tutela jurisdicional adequada, justa e tempestiva). Isto é, de nada adianta a segurança jurídica, se o direito pereceu em razão do tempo.

A partir deste momento a implementação de novas técnicas e procedimentos mostrou-se imprescindível para a concretização da tutela jurisdicional dos “novos direitos”.

Deste modo, ante a necessidade de efetividade do direito substancial, de implementação de tutelas jurisdicionais diferenciadas e da criação de técnicas de cognição sumárias que permitam maior agilidade, o CPC/15 é tido como uma proposta de solução ao trazer como característica inerente as tutelas provisórias, a sumariedade da cognição, uma vez que a demora processual não comporta a tutela efetiva dos direitos.

### **2.1 Cognição: a técnica destinada à construção de procedimentos diferenciados**

Na busca por obter uma tutela jurisdicional efetiva e apta a realizar direitos, há de se levar em conta que é imprescindível a implementação de novas técnicas e procedimentos para a concretização da tutela jurisdicional dos “novos direitos”.

Dessa forma, serão analisadas as formas com as quais é realizada a atividade cognitiva do juiz, tornando-se essencial romper com proteção jurídica e prática outorgada pelo Estado-

juiz, típicas da cognição exauriente.

Nesse sentido, a atividade cognitiva será analisada como resultante da utilização de procedimentos especiais previstos no ordenamento processual, em que a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional decorram da limitação da cognição.

É importante destacar que para Marinoni (2017), o processo, ao estruturar-se deve ser capaz de permitir a prestação das formas de tutela prometidas pelo direito material, sendo necessário haver uma relação de adequação entre as tutelas dos direitos e as técnicas processuais, assumindo importância nessa relação às técnicas processuais. Sendo assim, uma vez identificada a forma de tutela prometida pelo direito material, resta verificar se as técnicas processuais são capazes de propiciar a sua efetiva prestação.

A cognição é uma técnica que possibilita a implantação de um procedimento adequado, apto a concretizar a efetividade da tutela jurisdicional. Ela está atrelada a natureza da atividade desenvolvida pelo órgão judicial. Nessa linha de raciocínio, Watanabe diz que: "[...] não se pode negar, todavia, a utilidade da cognição como uma técnica para a concepção de diferentes tipos de procedimento com vistas à instrumentalidade do processo [...]" (2000, p. 36).

De acordo com Watanabe, cognição corresponde a:

[...] um ato de inteligência, consiste em considerar, analisar e valorar as alegações e as provas produzidas pelas partes, vale dizer, as questões de fato e de direito que são deduzidas no processo e cujo resultado é o alicerce, o fundamento do "judicim", do julgamento do objeto litigioso do processo (2000, p. 58-59).

Pode-se destacar que o procedimento deve estar ajustado à pretensão de direito material. Neste contexto, a cognição deve ser entendida como a técnica destinada à construção de procedimentos diferenciados (MARINONI, 1994, p. 40).

Pode-se destacar que o procedimento deve estar ajustado à pretensão de direito material. Neste contexto, a cognição deve ser entendida como a técnica destinada à construção de procedimentos diferenciados (MARINONI, 1994, p. 40).

Watanabe (2000, p. 111-112) afirma que a cognição pode figurar em dois planos distintos; no plano horizontal, cuja função diz respeito à extensão do debate travado no processo, a cognição pode ser plena ou limitada (parcial) e tem por limite os elementos objetivos do processo. Já no plano vertical, cuja função diz respeito ao grau de profundidade com que a cognição é realizada pelo juiz sobre questões de fato e de direito, a cognição poderá ser classificada segundo o grau de sua profundidade, em exauriente (completa), e sumária (incompleta).

Isto quer dizer, no que tange ao critério “extensão”, que o juiz poderá aplicar a técnica de cognição plena ou limitada. E no que concerne ao critério “profundidade”, o juiz poderá aplicar a técnica de cognição exauriente, sumária ou superficial.

De acordo com Marinoni (1994, p. 40):

[...] A cognição pode ter grau de intensidade (vertical) ou amplitude (horizontal) diversificado, atendendo-se, diante da perspectiva da efetividade do processo, à peculiaridade da pretensão de direito material a ser tutelada.

Ribeiro (2017) afirma que pela técnica da cognição sumária, em razão da necessidade premente de uma tutela jurisdicional, o julgador fica autorizado a tomar uma decisão com base nos elementos verossímeis que lhe foram apresentados, sem adentrar num aprofundamento maior das questões, que postas por uma das partes, ou por ambas, ficando essa análise para um momento posterior.

Zavascki ensina que é possível fazer combinações entre estas modalidades de cognição, como por exemplo, “cognição limitada em extensão e exauriente em profundidade”, com o fim de implementar técnicas capazes de projetar procedimentos diferenciados e aptos a diversas áreas do direito e pretensões de direito material (1997, p.19).

No entanto, apesar da diversidade de técnicas de cognição, o objeto deste estudo está voltado para a técnica vertical de cognição exauriente e sumária, conforme será demonstrado.

No que tange à cognição exauriente, destaca-se primeiramente que a mesma diz respeito ao critério “profundidade”, isto é, ao plano vertical.

A cognição exauriente objetiva solucionar definitivamente o litígio, com força de coisa julgada material, permitindo às partes ampla produção de provas, que mostram-se fundamentais para o desfecho da situação fática. Este tipo de cognição é típica do procedimento comum ordinário (MARINONI, 1994, p. 40).

Zavascki, destaca que o essencial para garantir o direito à cognição exauriente é:

[...] seja em procedimento ordinário, seja em procedimento sumário, seja num único processo, seja em mais de um processo - a sentença definitiva de mérito só se torna imutável após o oferecimento de meios adequados e razoáveis de participação dos litigantes na formação do convencimento do juiz (1997, p. 20-21).

Zavascki afirma que a cognição exauriente não se limita apenas ao procedimento ordinário, ressaltando que:

[...] pode resultar também do procedimento sumário (que em geral, consiste apenas em comprimir no tempo a prática dos mesmos atos processuais básicos do procedimento ordinário); [...] não é incompatível com a técnica processual de repartição do conflito de suas soluções por partes, em porções distintas, cada qual submetida a procedimento autônomo, como ocorre em muitos procedimentos

especiais (1997, p. 20).

Salienta-se, que o direito à cognição exauriente é assegurado pela garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa. No entanto, podem estes princípios, ser relativizados em prol do direito de obtenção de uma prestação jurisdicional sem dilações desnecessárias (ZAVASCKI, 1997, p. 21).

Sabe-se, entretanto, que o direito à tutela jurisdicional elevou-se à categoria de direito fundamental, sendo assim, deve ser levado em conta o fato de que pressupõe a sua efetivação em prazo razoável.

Neste sentido, chega-se à conclusão que a cognição exauriente revela-se, em muitos casos, inapta e forte obstáculo à celeridade processual, dado que, diante da necessidade de uma resposta urgente, a profundidade com que esta técnica é realizada, por mais segurança jurídica que ela possa trazer, pode revelar-se fatal.

Evidencia-se que a cognição exauriente privilegia os princípios do contraditório e da ampla defesa. A cognição sumária, por sua vez, relativiza este princípio em prol da efetividade da tutela jurisdicional. Por conseguinte, para assegurar a garantia da segurança jurídica, o tempo mostra-se como requisito fundamental. No entanto, ele pode ser um obstáculo à plena efetivação da jurisdição. Isto é, mostra-se evidente a colisão entre os princípios fundamentais da segurança jurídica e a efetividade da jurisdição, situação que merece solução harmônica. (ZAVASCKI, 1997, p. 65).

Logo, frente ao problema de colisão entre princípios, não basta à mera exclusão de um dos direitos, já que isso corresponderia à exclusão de um deles do sistema jurídico. Assim, melhor solução compreende à relativização entre eles a ponto de sacrificar minimamente ambos os direitos conflitantes (ZAVASCKI, 1997, p. 66).

Neste contexto, visando à obtenção antecipada dos resultados da atividade jurisdicional, surge a ideia de uma tutela mais ágil, com cognição limitada; tutela sumária (BEDAQUE, 2009, p.121).

De acordo com Marinoni, as tutelas de cognição sumarizadas, no plano vertical, objetivam:

[...] assegurar a tutela jurisdicional do direito ou uma situação concreta que dela depende (tutela cautelar; art.300 do CPC); [...] realizar, em vista de uma situação de perigo, antecipadamente um direito (tutela antecipada; art.300 do CPC); [...] realizar, quando o direito do autor surge como evidente e a defesa é exercida de modo inconsistente, antecipadamente um direito (tutela da evidência; art.311 do CPC); [...] realizar, em razão das peculiaridades de um determinado direito e em vista da demora do procedimento comum, antecipadamente um direito (liminares de determinados procedimentos especiais) (2017, p. 33).

No entendimento de Bueno, a tutela sumária é:

[...] uma legítima autorização dada pelo legislador ao juiz, de aplicação do modelo constitucional do processo, com preponderância do princípio da efetividade da jurisdição, para que o juiz decida o mais rapidamente possível e, por isto mesmo, sem que tenha condições temporais de refletir exaustivamente sobre a questão que é dada para resolver (2010, p. 372).

Sublinha-se, que a cognição sumária não faz coisa julgada material, tendo em vista que o juiz, ao conceder a tutela sumária, limita-se a afirmar a probabilidade da existência do direito a confirmar a probabilidade do direito e a ocorrência de dano e, portanto, nada declara (MARINONI, 2017, p. 34).

Assim, pautado no princípio da efetividade da jurisdição, mostrou-se necessária a implementação, no CPC/15, de uma técnica cognitiva (sumária) capaz de garantir maior celeridade à realização da tutela, em especial quando fundamentada na urgência, visando assegurar maior efetividade ao processo e proteção ao direito substancial, principalmente porque pode envolver um direito ameaçado por perigo de dano iminente ou implicar risco ao resultado útil do processo.

No entanto, Dinamarco, assevera que a aplicação da técnica deve estar correlacionada com os meios que às assegurem, assim:

[...] técnica é a predisposição ordenada de meios destinados a obter certos resultados preestabelecidos. Toda técnica será cega e até perigosa se não houver a consciência dos objetivos a realizar, mas também seria estéril e de nada valeria a definição de objetivos sem a predisposição de meios técnicos capazes de promover sua realização (2005, p. 59).

Logo, passada a concepção técnica de cognição, mostra-se fundamental delinear o procedimento adequado, apto a concretizar a efetividade da tutela jurisdicional.

## **2.2 Tutela jurisdicional definitiva e provisória**

Ao se falar sobre tutela jurisdicional, antes mesmo de abordar sua definição, há de se levar em conta que o aspecto tempo é fundamental para determinar a forma com a qual será provida. Nesse sentido, o tempo é tido como um mal necessário para a boa tutela dos direitos e necessita ser gerido de forma a não colocar em risco a efetividade da tutela jurisdicional (DIDIER, 2016, p.580).

Tutela jurisdicional, de acordo com Zavascki, significa “proteger, amparar, defender, assistir. [...] fala-se exatamente na assistência, no amparo, na defesa, na vigilância, que o Estado, por seus órgãos jurisdicionais, presta aos direitos dos indivíduos” (1997, p. 5).

Neste contexto, Silva assevera que:

[...] Se o poder Judiciário é um dos poderes do Estado, como enuncia o art. 2 da constituição, e se o Estado, República Federativa do Brasil, tem como um de seus primeiros fundamentos construir uma sociedade justa, então não pode mais ele se contentar com a mera solução processual dos conflitos. Cada sentença há de constituir um tijolo nessa construção da sociedade justa. E a justiça, aqui, há de ser aquele valor supremo de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito que nos promove o "Preâmbulo da Constituição (2007, p.150-151).

Bedaque (2009), por sua vez, destaca que a tutela jurisdicional tem por objetivo garantir a efetividade do direito material, tendo por objeto a própria tutela, através da qual se obtém a pacificação definitiva, a saber, a tutela efetiva de direito. A prestação jurisdicional de uma situação substancial, protegida por norma, implica serviço jurisdicional, isto é, o dever de apreciação e de resposta ao direito de ação, por parte do Poder Judiciário.

Marinoni (1994), se refere à tutela jurisdicional dos direitos, não apenas a tutela jurisdicional, uma vez que esta não se limita à obtenção de uma sentença. Logo, deve estar engajada com a instrumentalidade substancial do processo e com a realidade social.

De acordo com Didier (2016) a tutela jurisdicional oferecida pelo Estado-juiz pode ser definitiva ou provisória. Quando definitiva, a tutela é obtida por meio de cognição exauriente, e está apta à imutabilidade. No entanto, quando provisória, será obtida por cognição sumária e possuirá como característica a precariedade (poderá ser revogada ou modificada).

Marinoni salienta que a questão da tutela jurisdicional dos direitos quer evidenciar:

[...] a necessidade da prestação jurisdicional passar a ser pensada na perspectiva do consumidor dos serviços jurisdicionais; ou seja, a reabilitação do tema [...] revela uma preocupação com o resultado jurídico-substancial do processo, conduzindo a uma relativização do fenômeno direito-processo (1994, p. 11).

Dessa maneira, Zavascki (1997), afirma que o conceito de tutela jurisdicional deve estar atrelado à atividade de atuar efetivamente na jurisdição, a fim de atingir resultados. Prestar tutela jurisdicional pressupõe dialeto constitucional de apreciar as lesões ou ameaças a direito, reconhecer a existência dos direitos reclamados e fundamentalmente garantir meios aptos a sua manutenção ou reparação.

Passadas estas colocações, de acordo a “classificação tradicional” apresentada por Zavascki, a tutela jurisdicional quanto à duração é classificada em provisória e temporária (1997, p. 12-15). Quanto às espécies, são classificadas em cautelar e satisfativa, respectivamente, no entanto, serão objeto de estudo no item 3.2.

A tutela jurisdicional definitiva, garantida constitucionalmente, é aquela realizada através de cognição exauriente, cuja função é proporcionar às partes maior segurança jurídica,

uma vez que, ao assumir caráter definitivo, alcança a sua imutabilidade com o trânsito em julgado.

Logo, a cognição exauriente e a coisa julgada material, mostram-se indispensáveis à própria razão da função jurisdicional, quais sejam: a manutenção da paz social através de decisões justas (ZAVASCKI, 1997, p. 22-24).

De acordo com Watanabe, existe um liame entre a cognição e a justiça nos provimentos, dado que quanto mais aprofundada a cognição, maior a possibilidade de acerto na sentença, destacando que:

[...] a solução definitiva do conflito de interesses é buscada através de provimento que se assente em cognição plena e exauriente, [...] vale dizer em procedimento plenário quanto à extensão do debate das partes e da cognição do juiz, e completo quanto à profundidade dessa cognição. Decisão proferida com base em semelhante cognição propicia um juízo com índice de segurança maior quanto à certeza do direito controvertido, de sorte que a ela o Estado confere autoridade de coisa julgada. “Processo ordinário é exatamente, aquele concebido com esse objetivo (2000, p. 113).

Denota-se que a decisão definitiva é constituída através de técnica de cognição exauriente, privilegiando os princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo às partes maior segurança jurídica nas decisões judiciais que são marcadas pela imutabilidade.

Já a tutela provisória é formada a partir de técnica de cognição sumária, isto é, no que diz respeito à profundidade. Portanto, a tutela jurisdicional é conferida com base em juízos de verossimilhança, uma vez que a demora mostra-se incompatível com a medida de urgência (ZAVASCKI, 1997, p. 30-31).

Como visto, anteriormente, o tempo com que é conduzido o processo, por meio da técnica de cognição exauriente, por vezes, pode implicar em verdadeira denegação de uma tutela jurisdicional efetiva.

Neste contexto, a tutela provisória surge para garantir maior efetividade à tutela jurisdicional, isto é, a concretização do direito substancial da parte que se encontra diante de uma situação de urgência, ou mesmo quando o seu direito mostrar-se ameaçado por perigo de dano iminente.

Ressalta-se que a tutela provisória, invariavelmente, guarda íntima ligação com a tutela definitiva. Exemplificando, quando se trata de tutela provisória com natureza satisfativa, esta se vincula à tutela definitiva, a ser proferida no mesmo processo (ZAVASCKI, 1997, p. 30).

De acordo com Zavascki (1997, p. 31-32), a tutela provisória é concedida em caráter precário, e, portanto é considerada temporária, uma vez que possui eficácia temporal determinada. De outro lado, é considerada precária, porque pode ser revogada a qualquer



momento, e, por isso, não está protegida pela coisa julgada. Ademais, destaca que as medidas antecipatórias são provisórias, visto que são reservadas a durar até a tutela definitiva que irá lhe substituir; por outro lado, as medidas cautelares são consideradas temporais, porque não são substituídas por outra de natureza semelhante.

Desta forma, assenta-se conforme veremos mais a frente, a tutela provisória de natureza satisfativa, que a tutela provisória está vinculada sempre a um pedido de tutela definitiva, haja vista que seu principal pressuposto é uma situação de urgência, e, inevitavelmente, deverá guardar relação com a situação fática.

Cabe destacar que por ser formada com base em cognição sumária, a tutela provisória tem sua eficácia temporal limitada ao momento em que for atingida a sua finalidade. Ademais, por ser precária, não atinge a imutabilidade da coisa julgada, o que possibilita a sua revogação ou modificação a qualquer tempo, necessitando ao menos de alteração no que concerne ao fato ou a prova.

### **2.3 A necessidade da implementação de tutelas diferenciadas**

Como visto anteriormente, a evolução do conceito de acesso à justiça precisa nivelar-se com procedimentos adequados à tutela dos novos direitos, principalmente porque, ao proibir a autotutela, assumiu o Estado a responsabilidade de prestar tutela jurisdicional eficiente.

Assim, após a criação instauração do Estado Democrático de Direito, o processo não mais pode ser tido como um mero instrumento processual, devendo ser analisado, sobremaneira, como sendo um instrumento primordialmente constitucional, apto a realizar os direitos substanciais.

Sensível a esta questão, Marinoni assegura que:

[...] não há apenas necessidade de tutela adequada ao plano do direito material, mas também de uma tutela diferenciada em razão das diferentes posições sociais. Isto é [...] uma exigência insuprimível para o ordenamento jurídico que se inspira no princípio da igualdade e empenha-se em oferecer a todos um processo rápido, eficiente e realmente acessível (1994, p. 8).

Por conseguinte, a tutela jurisdicional deve adequar-se às necessidades do desenvolvimento eficaz do processo através de instrumentos que garantam a proteção das diversas situações de direito substancial (BEDAQUE, 2009, p. 72).

Desta forma, para garantir a efetividade da tutela jurisdicional dos direitos, mostrou-se imprescindível a criação de técnicas processuais capazes de efetivar a implementação de tutelas jurisdicionais diferenciadas (MARINONI, 1994, p. 12).

Destarte, uma vez que o direito de acesso à justiça tem por consequência lógica o direito à preordenação de procedimentos adequados à tutela dos direitos, este deve estar preocupado com a efetividade da tutela jurisdicional e com um processo que propiciasse resultados.

Assim, não basta à previsão de tutela jurisdicional, é fundamentalmente necessário que o direito do cidadão possa ser de fato satisfeito. Logo, as regras processuais devem estar em consonância com a realidade social, propiciando ao titular do direito, em cada caso concreto, o acesso a uma ordem jurídica justa (BEDAQUE, 2009, p. 72).

No que se refere à tutela dos direitos, cabe destacar que a existência de diversas lacunas, somadas as variações de direito substancial, serviu para demonstrar a necessidade da adequação do processo ao direito material. Nessa perspectiva, tornou-se imprescritível a criação de tutelas as quais não apenas assegurassem o direito material, mas também o realizassem (MARINONI, 1994, p. 13-14).

Foi, neste contexto, que a tradicional forma de cognição de cognição (exauriente), mostrou-se insuficiente e inapto a prestar a tutela jurisdicional efetiva a todas as situações de vantagem, e preocupada com um processo de resultados (GRINOVER, 2006, p. 227).

Nesse sentido, ressalta a autora que:

[...] O procedimento de cognição não pode mais ser considerado técnica universal de solução de controvérsia, sendo necessário substituí-lo, na medida do possível e observados determinados pressupostos, por outras estruturas procedimentais, mais adequadas à espécie de direito material a ser tutelado e capazes de fazer em face das situações de urgência.

Desta forma, a problemática que envolve a efetividade do processo, isto é, a “morosidade”, fez com que os processualistas se obrigassem a pensar na construção de tutelas adequadas às peculiaridades que envolvem o direito substancial. Logo, mostrou-se fundamental a implementação de procedimentos (tutelas diferenciadas) mediante cognição sumária, uma vez que não se mostra mais razoável confundir “justiça e certeza” (MARINONI, 1994, p. 37).

Marinoni afirma que a única razão para se estabelecer uma relação de adequação entre a técnica processual e as tutelas dos é demonstrar que: “o processo não pode ser pensado de forma isolada ou neutra, pois só possui sentido quando puder atender às tutelas prometidas pelo direito material” (2017, p. 29).

Destarte, se de um lado a tutela jurisdicional diz respeito à atividade jurisdicional comprometida com resultados, cujo objeto é garantir a efetividade dos direitos substanciais, por outro a tutela jurisdicional diferenciada concerne à atividade cognitiva efetuada pelo juiz,

para prolatar a sua decisão, assegurando tempestivamente a efetividade da tutela jurisdicional.

De acordo com Leonel a tutela diferenciada deve ser entendida como:

[...] proteção jurídica e prática outorgada pelo Estado-juiz, resultante da utilização de procedimentos especiais previstos no ordenamento processual, em que a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional decorram da limitação da cognição (2010, p. 25).

Bedaque (2009), por outro lado, assegura que a tutela diferenciada deve abarcar as modalidades de tutela sumária, uma vez que ambas dispensam a cognição exauriente em prol da efetividade.

Assim, a tutela diferenciada indica pontualmente que as técnicas processuais possam:

[...] evitar às partes e à administração da justiça o “custo” do processo de cognição plena, nos casos em que não se justifica a plausibilidade de contestação; [...] assegurar rapidamente a efetividade da tutela jurisdicional nas situações de vantagem de conteúdo (exclusiva ou prevalentemente) não patrimonial e que sofreriam dano irreversível pela demora da cognição plenária; e [...] evitar o abuso de direito de defesa do demandado, mediante a utilização dos instrumentos de garantia previstos para o procedimento ordinário (GRINOVER, *apud*, PISANI, p.322 e s.)

De acordo com Grinover (2006, p. 227), tutela diferenciada é aquela que se contrapõe à obtida pelo iter processual, também chamadas de tutelas sumárias lato sensu. Dessa forma, importante destacar que a cognição exauriente deve ser salvaguardada para controvérsias mais complexas e, capaz de garantir maior segurança às relações jurídicas com a coisa julgada. No entanto, deve ser substituído nas múltiplas situações em que a tutela diferenciada se legitima.

Tutela diferenciada significa ainda, o conjunto de técnicas e modelos necessários para fazer com que o processo atue de forma ágil e eficaz, garantindo, assim, a adequação entre os direito que se quer proteger e suas necessidades em especial, tendo valores de uma ordem jurídica como norteadores (RIBEIRO, 2016 *apud* LOPES, 2005).

Nesse sentido, Ribeiro afirma que:

[...] a tutela jurisdicional diferenciada está intimamente ligada à efetividade do processo, na medida em que deve ser assegurada à parte a espécie de tutela mais adequada à efetiva e real proteção do direito invocado (2016, p. 75).

Assim, mostrou-se imprescindível não apenas a adequação do processo ao direito material, mas, fundamentalmente, a implementação de uma tutela diferenciada que atendesse aos anseios sociais, isto é, que viabilize a efetividade de uma tutela jurisdicional adequada, efetiva, e, sobretudo, tempestiva.

Por fim, enfatiza-se, que, no atual sistema existem diversas tutelas diferenciadas, como a tutela preventiva (art. 567, do CPC), a tutela específica, (art. 436 do CPC), a tutela monitória

(art. 700, do CPC), entre outras. Todavia, o presente trabalho versa sobre as tutelas de provisórias, quais sejam: cautelar e antecipada.

### **3 A TUTELA PROVISÓRIA E O INSTITUTO DA ESTABILIZAÇÃO NO CPC DE 2015**

Em consonância com os assuntos anteriormente abordados, ao se falar sobre tutela provisória, o faremos a partir de um viés constitucional. Nesse sentido, a tutela provisória constitui instituto de direito processual que está em harmonia com o princípio do efetivo acesso ao Judiciário e com a razoável duração do processo.

O tempo necessário para obtenção da tutela definitiva pode colocar em risco sua efetividade. Visando amenizar os efeitos do tempo do processo, foi o Código de Processo Civil de 2015 instituiu a técnica processual de antecipação provisória dos efeitos finais da tutela definitiva.

#### **3.1 Tutela provisória**

Antes mesmo de falar sobre o atual panorama das tutelas de urgência, é pertinente destacar que:

[...] Entre uma decisão, porventura mais segura, mas tardia e outra, mais célere e eficaz, apesar de fundada num critério de julgamento menos rigoroso e, por isso, potenciador de maiores riscos de insegurança, o legislador não hesitou em dar prevalência à celeridade (GERALDES, 1998, p. 87).

Dentre as principais inovações trazidas ao novo CPC, no que tange às tutelas de urgência, destaca-se: a extinção do livro III, Código de Processo Civil de 73, denominado como “processo cautelar”, e o nascimento do novo livro V- Da tutela Antecipada, contemplando diretrizes no que tange às tutelas de urgência e tutela de evidência. Frisa-se que a extinção concerne tão somente ao “processo cautelar”, e não da “tutela cautelar”.

A tutela provisória, conforme disposto no art. 294, caput, do novo Código de Processo Civil, é gênero e pode ter como fundamento uma situação de urgência (arts. 294 a 310) e evidência (art.311). Ainda de acordo com o parágrafo único do art. 294, poderá dividir-se em tutela antecipada e tutela cautelar.

Diante da extinção do processo cautelar autônomo, o poder geral de cautela, previsto no art. 798 do CPC/73, agora previsto no artigo art. 301 do CPC/15, foi ampliado para poder geral de tutela provisória, abarcando tanto as hipóteses de urgência (cautelar e antecipação de tutela), quanto de evidência.

Para compreender o poder geral de tutela dever ser feita uma leitura conjunta dos arts.

294 e 297 com o art. 301, o qual assinala a possibilidade o juiz utilizar-se, além das medidas nele nominadas, “de qualquer outra medida idônea para asseguarção do direito”. O art. 294 prevê que “a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência”. Já o art. 297 diz que “o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória”.

Sendo assim, o poder geral do juiz não está restrito à tutela cautelar, englobando tanto a hipótese de urgência (cautelar e antecipada) quanto de evidência (MARINONI, 2017, p. 112).

Outro importante avanço realizado no novo Código reside no fato de o art. 301 do atual Código de Processo Civil ter ampliado a atuação jurisdicional ante uma ameaça de lesão a direito, ao extinguir as disposições taxativas dos procedimentos cautelares, ao dizer que “a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada por qualquer medida idônea para asseguarção do direito”.

Sobre as medidas necessárias para efetivação da tutela, cabe salientar que estão em sintonia com o princípio da efetividade do acesso ao Judiciário. É importante destacar que o juiz deve atentar para o fato de que, além de não poderem gerar situações irreversíveis, devem estar em sintonia com o princípio da proporcionalidade” (ALVIM, 2017, p. 61).

Quando fundamentada em uma situação de urgência está voltada a afastar o *periculum in mora*, e serve para evitar um prejuízo grave ou irreparável enquanto dura o processo. Já quando fundamentada na evidência baseia-se exclusivamente no alto grau de probabilidade do direito, concedendo, desde já, aquilo que muito provavelmente virá ao final (RIBEIRO, 2016, p. 97).

Sobre a escolha feita pelo legislador de 2015 em dividir a tutela provisória em urgência e evidência, cabe destacar que antecipação de tutela e a tutela cautelar são instrumentos que garantem, quando há risco de perecimento da afirmação do direito do autor, um acesso efetivo não apenas nominal ao Poder Judiciário (ALVIM, 2017, p. 35).

Sendo assim, o CPC/15 Código reuniu institutos distintos e não mais reservou um livro exclusivo ao processo cautelar, cuja tutela, nessa nova sistemática, está prevista em conjunto com técnicas processuais as quais possuem como substrato a urgência ou a evidência.

Nesse sentido a expressão “tutela provisória” é usada para disciplinar a tutela jurisdicional cautelar, a técnica da antecipação da tutela e a tutela de evidência (CABRAL; CRAMER, 2016, p. 529).

Alvim afirma que “o novo Código representou um avanço ao permitir de forma

abrangente, a concessão da tutela provisória de urgência ante qualquer caso de perigo de dano ao direito ou de risco ao resultado útil do processo (CPC/2015, art. 300)” (2017, p. 60).

Nessa mesma linha de raciocínio, merece destaque o avanço trazido pelo legislador de 2015, ao extinguir a taxatividade dos procedimentos cautelares, conforme se depreende do art. 301 do CPC/2015 ao dizer que “a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada por qualquer medida idônea para asseguuração do direito” (ALVIM, 2016, p. 60).

Nesse sentido tem-se que “além de preservar o poder geral da cautela, o abandono da técnica legislativa de utilização da taxatividade indica a abertura para a atuação jurisdicional diante da ameaça de lesão a direito” (ALVIM, 2016, p. 60).

Em relação às tutelas provisórias, Ribeiro (2016) indica a cognição sumária como característica inerente e essencial para sua obtenção, uma vez que em razão da necessidade de obtenção de uma tutela jurisdicional célere e eficaz, o juiz fica autorizado a tomar uma decisão com base nos elementos verossímeis que lhe foram apresentados, sem um maior aprofundamento das questões postas por uma das partes, ou por ambas as partes, ficando essa análise mais aprofundada reservada para um momento posterior.

O autor ainda destaca que em comparação com o revogado CPC/73, art. 273, II, que apenas previa a concessão da tutela de evidência no caso de abuso de direito de defesa ou de manifesto propósito protelatório do réu o qual é apenas uma das quatro situações previstas no art. 311 do CPC/15.

O novo CPC avançou na busca pela uniformização das tutelas de urgência denominando-as como tutelas provisórias de urgência, com natureza distinta, satisfativa ou cautelar, e fundar-se-á em urgência ou evidência, conforme o art. 295: “A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência”.

Logo, o atual CPC “prevê como gênero a tutela provisória, e como espécies a tutela antecipada *satisfativa* e a tutela antecipada *cautelar*” (SOUZA, 2014).

Objetivando maior celeridade e instrumentalidade na tramitação processual, o CPC/15 assegura o processamento da demanda principal nos mesmos autos da tutela de urgência antecedente (cautelar e satisfativa), sem o pagamento de novas custas, além de possibilitar a eficácia da tutela satisfativa requerida em caráter antecedente, conforme o §3º do art.303, ao dizer que aditamento da inicial “dar-se-á nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais”.

De acordo com Souza (2014), o CPC pretende “sincretizar o processo cautelar com o processo de cognição exauriente, inserindo num mesmo processo os diversos pedidos correspondentes, ou seja, o pedido de tutela antecipada antecedente ou incidental com o pedido

principal”.

Destarte, na busca por uma tutela jurisdicional célere e efetiva, conclui-se que CPC/15 propõe a uniformização das medidas de urgência, dando ênfase à simplificação da técnica processual, através de soluções mais céleres no que concerne o direito material.

O novo CPC optou por elucidar a alternativa de concessão da tutela provisória, uma vez que faz previsão expressa de que a prestação jurisdicional deve ser célere não apenas nas situações de urgência decorrente de risco de eficácia ou de eventual perecimento do próprio direito. Mas igualmente nas hipóteses em que as alegações da parte se mostrar evidentes, devendo a tutela ser antecipada, o que será concedido independente de *periculum in mora*, uma vez que a espera mostra-se desnecessária em função da amplitude do dano.

Assim, no que tange ao fundamento “urgência”, na perspectiva de atenuar os efeitos maléficos decorrentes do tempo, e acelerar a eficácia prática da tutela jurisdicional urgente, o novo CPC apresenta proposta inovadora, pautada no deferimento de “medidas emergenciais”, sejam elas de natureza satisfativas ou cautelares, denominadas de “tutela provisória de urgência”.

De acordo com Lamy (2004) a tutela de urgência busca ilidir os danos causados pela demora da prestação jurisdicional, através de técnicas que antecipam ou asseguram a possibilidade de dano material abrangido.

A antecipação de tutela, com base na urgência, objetiva dar efetividade ao princípio constitucional do acesso à justiça, prestigiando o princípio do devido processo legal. Isto é, a tutela jurisdicional deve ser prestada de forma adequada, através de técnica de cognição que propicie a celeridade (ALVIM, 2008, p. 159).

Passadas estas colocações, destaca-se que para a concessão da tutela provisória, fundada na urgência, mostra-se necessário o preenchimento dos requisitos ensejadores, quais sejam: probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300, do CPC/15.

No que concerne ao requisito “probabilidade”, destaca-se que este é sinônimo de verossimilhança, assim de acordo com Cassio Scarpinella Bueno:

[...] Verossimilhança no sentido de que o que foi narrado e provado ao magistrado parece verdadeiro. Não que o seja, e nem precisa sê-lo; mais é fundamental que a alegação tenha aparência de verdadeira. É demonstrar ao magistrado que, à luz das provas que lhe são apresentadas (documentais ou não), o fato jurídico conduz à solução e aos efeitos que o beneficiário da tutela jurisdicional pretende (2012, p. 39).

Frisa-se que a lei não exige prova de verdade absoluta, mas um indício de verdade,



uma prova forte capaz de convencer o juiz, mesmo que através cognição sumária, da verossimilhança das alegações (ZAVASCKI, 1997, p. 76).

Já no que tange ao requisito perigo na demora da prestação jurisdicional, este, por sua vez, consiste no fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, advém do risco de que o não adiamento da prestação tutela jurisdicional cause lesão ao direito afirmado.

O perigo de dano estabelece relações de semelhança com o fato de ser inviável, em momento posterior, cumprir a obrigação ou mesmo ser inútil à procedência do provimento requerido (PINHO, 2010, p. 358).

Neste sentido, Marinoni enfatiza que:

[...] O dano é irreparável quando seus efeitos não são reversíveis. Pode ocorrer dano irreparável nos casos em que se alega lesão ou potencial lesão a direitos não patrimoniais (por exemplo o direito a imagem, ao ambiente), a direitos patrimoniais com função não patrimoniais (quantia em dinheiro necessária para custear tratamento de saúde causada por ato ilícito) e a direitos patrimoniais que não podem ser efetivamente tutelados por reparação pecuniária. O dano é de difícil reparação se as condições econômicas do demandado autorizam a suposição de que o dano não será reparado de maneira efetiva (2011, p. 270).

Destaca-se, por oportuno, que a irreparabilidade pode ser vista sob dois aspectos. De um lado, sob um aspecto objetivo, que se reputa irreparável ou de difícil reparação, quando a natureza do dano não permitir a sua reparação específica, ou de caráter indenizatório. E de outro lado, sob um aspecto subjetivo, que declara como irreparável ou que dificilmente será reparado, quando observado que o responsável pelo dano não tenha condições econômicas para efetuar a recomposição, a reparação do dano causado (VAZ, 2002, p. 149).

Sobre a situação de irreparabilidade, Cassio Scarpinella Bueno enfatiza que:

[...] Trata-se de tutela jurisdicional voltada a imunizar a situação de ameaça a direito ciente de que a lesão naquele caso é insuscetível de reparação à falta de condições mínimas de expressão econômica ou, menos que isto, monetária do bem lesionado: ou se tutela jurisdicionalmente a ameaça ou é inócua a tutela posterior da lesão. Tanto mais porque ambas as hipóteses são dignas de tutela jurisdicional, indistintamente, de acordo com o “modelo constitucional” do processo civil (2012, p. 43).

Logo, quando os efeitos do dano mostram-se irreversíveis, se tem a “irreparabilidade”, ou seja, quando o direito não pode ser restaurado na forma específica. Por outro lado, considera-se dano de “difícil reparação”, quando analisando o status econômico do réu, chega-se à conclusão que o dano sofrido não será efetivamente restabelecido, ou mesmo, quando não se pode quantificá-lo ou individualizá-lo (MARINONI, 2006, p. 194-195, grifos

do autor).

Assim, depreende-se que o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, que possibilita a tutela assecuratória, deve, necessariamente, tratar-se de risco concreto, iminente e apto a perecer ou afetar o direito afirmado pela parte. Logo, mostra-se imprescindível a análise criteriosa do risco em consonância com o princípio da necessidade. Isto é, não basta a gravidade do risco, para o deferimento da medida, ele obrigatoriamente deve apresentar-se no curso do processo (ZAVASCKI, 1997, p. 77).

De outro modo, na tentativa de superar as formalidades injustificadas, a tutela fundada na evidência surge como instrumento capaz de propiciar a verdadeira tutela eficiente. Logo, estando de frente de “direito evidente”, cuja concessão independente de *periculum in mora*, se mostra adequado, que a tutela jurisdicional seja propiciada em tempo hábil, assegurando ao autor do princípio do acesso à justiça.

Sobre o direito evidente, Ovídio Baptista da Silva destaca que:

[...] Há dois pontos que exigem esclarecimento. O primeiro deriva da oposição entre dois conceitos processuais básicos, representados pelas categorias de direitos aparentes e direitos evidentes. A tutela cautelar tem por objeto a proteção de direitos cuja existência seja apenas provável, sempre que a urgência, que é condição essencial para a tutela de segurança, impeça qualquer investigação probatória capaz de comprovar sua efetiva existência. Se, ao contrário, o direito é evidente, e não só aparente, então justifica-se a prestação de tutela satisfativa imediata, tal como prevê o art. 808 do Nouveau Code de Procédure Civile Francês, que autoriza a concessão em référé de todas as medidas contra as quais não se oponha alguma contestação séria (aucune contestation sérieuse). Não havendo, todavia, urgência que impeça a observância da bilateralidade da audiência, não será legítima a concessão de liminares satisfativas e de efeitos irreversíveis, sem que se estabeleça o contraditório regular, mesmo que o direito se mostre desde logo evidente ao magistrado (2008, p. 74).

Sobre a tutela de evidência no novo código, Luiz Fux salienta que nos casos em que o direito da parte restar evidente, não se mostraria justo, ante ao princípio da isonomia, protelar a satisfação do direito, da parte que demonstrou, através de prova inequívoca, ter razão. Assim, para o deferimento da tutela antecipada fundada na evidência, se dispensa o risco em prol do direito do autor, cuja demonstração restou incontestável (2011, p. 18).

A tutela de evidência reportar-se para aquelas situações em que vão além do *fumus boni iuris*. Frente à certeza do direito do autor, o tempo de espera decorrente da técnica de cognição exauriente do procedimento ordinário, se mostra injustificada e prejudicial (FUX, 1996, p. 305-306).

Em relação ao assunto, Neves esclarece que:

[...] a prova produzida como apta a garantir a tutela antecipada também poderá ser apta a garantir à parte a vitória definitiva na demanda, tudo a depender da necessidade de aprofundamento da cognição probatória desenvolvida pelo juiz. Significa dizer que determinadas provas são tão robustas acerca da alegação de fato que, ainda que existam outras provas produzidas, ela por si só, já é suficiente para a decisão favorável definitiva. O que se pretende afirmar é que a prova inequívoca exigida para a concessão da tutela antecipada não deve ser robusta e completa a ponto de permitir, em qualquer hipótese, um julgamento definitivo favorável ao autor, mas é plenamente possível que, em determinadas situações, seja exatamente isso que ocorra, tamanha a carga de convencimento apresentada no caso concreto pelo beneficiado pela tutela antecipada (2010, p. 1094).

De acordo com Fux a tutela de evidência remete a traços de afinidade com direito líquido e certo constatado no mandado de segurança, existindo certa combinação entre o direito material e o processual. Nota-se que o direito evidente, sob o prisma do direito material, ficaria caracterizado pelo direito da parte que o postula. Logo, sob o prisma processual, direito evidente, será aquele direito demonstrado através de prova irrefutável, robusta, que dificilmente seria passível de contestação capaz de modificar o direito do autor (1996, p. 311).

Dessa forma, Fux esclarece que o direito líquido e certo é exatamente aquele direito o qual se mostra evidente, incontestável, sobre o qual não paira dúvidas. Assim, para a caracterização da tutela de evidência, não basta simplesmente que o direito seja demonstrado, é necessário que seu conteúdo seja, tão-logo esmiuçado, ou seja, que não dependa de futuras comprovações, uma vez que não estamos diante de perigo na demora, mais sim diante de um direito claro, indiscutível, notável, direito este que não necessita de dilações probatórias

No que concerne à concessão da tutela fundada na evidência, prevê o CPC, especificadamente, nos incisos do artigo 311, quatro hipóteses autorizadoras, em que, estando presente uma delas, torna-se dispensável a demonstração de perigo na demora.

Antes de partir para uma análise das hipóteses de concessão da tutela de evidência, cabe destacar o caput do art. 311 do CPC/15, ao dizer que “a tutela de evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo”.

No entendimento de Marinoni, pode-se inferir que as hipóteses contempladas no incisos do art.311 que:

[...] deverá ser conferido ao autor o efeito prático da tutela jurisdicional pretendida, independentemente da demonstração de que há risco de que a decisão de mérito se torne inútil posteriormente (2017, p. 317-318).

Partindo para uma análise, a primeira hipótese de concessão da tutela, fundada em evidência, aplica-se quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou

manifesto propósito protelatório da parte, previsto no inciso I, do artigo 311, do CPC/15.

Em análise detida, denota-se que corresponde a mesma hipótese prevista no atual inciso II do art. 273 do Código de Processo Civil.

Zavascki distingue abuso do direito de defesa e manifesto propósito protelatório da seguinte forma:

[...] A referência a abuso de direito de defesa demonstra que o legislador está se referindo a atos praticados para defender-se, ou seja, a atos processuais. Por abuso de defesa seriam entendidos os atos protelatórios praticados no processo. Por isso, por abuso de direito de defesa não de ser entendidos os atos protelatórios praticados no processo. [...] Já o manifesto propósito protelatório há de ser assim considerado o que resulta do comportamento do réu- atos e omissões- fora do processo, embora, obviamente, com ele relacionados. Por exemplo: ocultação de prova, não atendimento de diligência, simulação de doença (1997, p. 77).

Ressalta-se que o legislador, ao instituir a tutela antecipatória contra abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte, idealizou uma técnica processual capaz de efetuar a distribuição isonômica do tempo do processo, que apresenta um ônus que deve ser repartido de forma homogênea entre as partes, a fim de evitar prejuízo ao autor que tem razão, e benefício ao réu que não tem (MARINONI; MITIDIERO, 2011, 270-271).

Desta forma, uma vez evidenciado o direito do autor, pode o magistrado antecipar a tutela antecipada, com fundamento no abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte, nas hipóteses em que as alegações de fato constitutivo postuladas pelo autor, estiverem devidamente comprovadas nos autos, e, nesta oportunidade, o réu alegar fato que seja impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, requerendo, por exemplo, a produção de prova, e essa alegação mostrar-se inverossímil no processo; quando exposta uma alegação de fato, cuja demonstração incumbe ao réu; ou mesmo, quando a defesa do réu se mostra infundada, com a finalidade de retardar a realização do direito do autor, abusando, assim, do seu direito de defesa (MARINONI; MITIDIERO, 2011, 270-271).

Esta hipótese funda-se na prática prejudicial ao desenvolvimento regular do processo e não em função do perigo de dano. Assim, diante da veracidade do direito afirmado pelo autor, entendeu o legislador que o resultado útil do processo deve ser adiantado, objetivando evitar maiores danos ao autor além de prolações indevidas no provimento jurisdicional (PINHO, 2010, p. 359).

Por fim, salienta-se que a antecipação da tutela, em face do abuso de direito ou mesmo no manifesto propósito protelatório do réu, apenas irá se legitimar, quando obedecer ao princípio da necessidade, não bastando, portanto, que o ato do réu seja meramente

abusivo. Mostra-se imprescindível que a atuação do réu acarrete no retardamento na concretização do direito do autor (ZAVASCKI, 1997, p.78).

A segunda hipótese de concessão da medida fundada em evidência aplica-se quando alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, de acordo com o inciso II, artigo 311, do CPC/15.

O novo CPC preocupou-se, com a necessidade de uniformização e estabilidade da jurisprudência. Isto é, deve-se prestigiar a segurança jurídica, primeiro, porque é de índole constitucional, e, segundo, porque visa proteger e preservar as justas expectativas das pessoas.

Assim, no que diz respeito a esta hipótese, mostra-se a obrigatoriedade de provas documentais aptas a provar as alegações de fato, o que nos remete, de certa forma, ao atual mandado de segurança, no qual a prova pré- constituída, somada à hipótese de precedentes; casos repetitivos ou súmula.

Destaca-se, que muito embora faça referência ao direito evidente abrigado por casos repetitivos ou súmula vinculante, enfatiza-se, que ainda assim, trata-se de antecipação de tutela, isto é, a prestação da tutela definitiva não será instantânea, uma vez que entre o pedido e a decisão final, terá o período do contraditório e da ampla defesa, que deverá ser em tempo razoável (ZAVASCKI, 1997, 25).

Frisa-se, a hipótese descrita acima, “pode ser configurada *inaudita altera parte*, já que é possível aferir liminarmente a existência de julgamento de casos repetitivos ou de súmula vinculante a favor da posição jurídica do autor” (MARINONI; MITIDIERO, 2010, p.109).

A terceira hipótese de concessão da tutela fundada em evidência trata-se de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, previsto no inciso III do artigo 311, do CPC/15.

Nesse caso a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, sendo decretada, liminarmente, a ordem de entrega do objeto protegido, sob cominação de multa.

A título de esclarecimento, cabe destacar que o contrato de depósito está disciplinado nos arts. 627 a 652 do Código Civil, merecendo destacar que de acordo com o art. 627 “pelo contrato de depósito recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame”.

Esta hipótese remete à ação de depósito, prevista no Código de Processo Civil de 73,

nos artigos 901 a 906, a qual não era uma medida muito eficiente, posto que não existia um dispositivo que permitisse ao juiz, antes do julgamento da ação de depósito, uma rápida apreensão do bem depositado.

Existindo crise de colaboração na realização do direito material, cabia ação de depósito para exigir a restituição da coisa depositada (art. 901, CPC/73). Com o novo CPC, a ação de depósito foi substituída pela execução do contrato (título extrajudicial).

Logo, vê-se que o contrato de depósito está disciplinado no Código Civil de 2002, tendo o depositário a obrigação de guardar e conservar o bem, como sendo seu, e, portanto, obrigando-se a restituí-lo, a partir do momento em que o depositante assim o exigir, cabendo referida ação de depósito com o intuito de restituir o bem depositado.

Da leitura do artigo 902 do Código de Processo Civil de 73, extrai-se que também era requisito essencial para a mencionada ação, a prova literal do depósito, ou seja, prova documental capaz de evidenciar o direito do autor. Sem a existência da referida prova literal, não lhe é dado propor ação de depósito, devendo o demandante propor ação de entrega de coisa, art. 461-A, CPC/73, empregando o procedimento comum ordinário (MARINONI; MITIDIERO, 2011, p. 844).

O que, por óbvio, também será requisito para postular tutela antecipada de evidência, com fundamento em pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito.

Nesta senda, a partir da prova documental adequada do contrato de depósito, o juiz antecipará a tutela antecipada, fundado no direito do autor que se mostrou evidente, sendo acrescentada ao projeto a cominação de multa em caso de não cumprimento da ordem de entrega do objeto custodiado.

Nesse sentido, o inciso III do art. 311 (CPC/15) abarcou a mesma situação prevista no art. 902 do CPC/73, prevendo, porém, como uma espécie de tutela de evidência, eliminando o procedimento específico (ação de depósito) para obter a tutela jurisdicional consistente na entrega do bem, inovando ao trazer a previsão de cominação de multa para o caso da não entrega. Ressalta ainda o autor que fica o autor (depositante) incumbido de apresentar prova documental do contrato de depósito (ALVIM, 2016, p. 198).

Cabe ressaltar a hipótese de tutela de evidência prevista no inciso III, trata-se de um “particular benefício outorgado pelo legislador aos titulares dos documentos que espelham contrato de depósito” (MARINONI, 2017, p. 335).

É importante salientar que a hipótese de concessão de tutela de evidência acima mencionada, na visão de Alvim, deve ser lida de forma ampla, não se limitando aos contratos

de depósito, devendo englobar todo e qualquer pedido reipersecutório (ALVIM, 2016, p. 198).

A quarta hipótese de concessão da tutela fundada em evidência trata do caso em que a petição inicial é instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, previsto no inciso IV do artigo 311, do CPC/15.

Tal hipótese possui como requisito de concessão que o autor apresente prova documental suficiente e idônea, com vistas a comprovar os fatos constitutivos por ele alegados. Exige ainda uma conduta omissiva, por parte do réu, no sentido da ausência de apresentação de prova capaz de gerar dúvida razoável, a qual implicará na inconsistência da defesa e na falta de argumentos verossímeis que pudessem ser usados para fazer oposição à comprovação documental feita pelo autor (ALVIM, 2016, p. 198).

É importante destacar que em relação à prova capaz de gerar dúvida razoável, mencionada no inciso IV, o que se pode opor à prova dos fatos constitutivos é “a alegação de falsidade do documento ou a negação dos fatos constitutivos evidenciados mediante prova testemunhal ou pericial documentada”. Isso se deve ao fato de que ao se alegar a falsidade do documento e, conseqüentemente aberta à oportunidade a prova, “é retirada a força do documento” e resta excluída a possibilidade de tutela de evidência (MARINONI, 2017, p. 338).

### 3.2 Tutela de urgência

De acordo com o parágrafo único do artigo 294, do CPC/15, a tutela provisória de urgência terá natureza satisfativa ou cautelar.

Souza acentua que a redação do mencionado artigo não está livre de críticas, acrescentando que:

[...]Se a tutela provisória, cuja natureza pode ser satisfativa ou cautelar, têm como fundamento a urgência ou a evidência, isso significa dizer que a tutela cautelar poderia ser concedida com base na evidência, o que de certa forma romperia como todo o marco estrutural deste tipo de tutela, especialmente a existência de *periculum in mora*. Porém, a melhor interpretação a este dispositivo é no sentido de que ao fazer referência ao fundamento evidência, somente teve por finalidade indicar a tutela antecipada de natureza satisfativa. [...] O certo é que o CPC, manteve a expressa e nítida diferenciação entre medidas de caráter satisfativo e cautelar (2014, p. 127).

Logo, de acordo com a interpretação supramencionada, a tutela antecipada satisfativa, pode estar fundada tanto na urgência quanto na evidência, enquanto que a tutela antecipada

cautelar funda-se tão somente na urgência.

Enfatiza-se que muito embora o CPC trate a tutela provisória como sendo de natureza satisfativa ou cautelar, estas não se confundem.

Recapitulando as distinções feitas anteriormente, destaca-se que a natureza satisfativa, cuida da satisfação do direito material, ou seja, permite a sua realização e não a sua segurança, através de juízo de verossimilhança ou cognição sumária. Refere-se à tutela final, fundada em cognição sumária, ou seja, satisfaz o direito do demandante, antecipando-lhe o que requereu ao propor a ação (MARINONI; MITIDIERO, 2011, p. 763).

Já a natureza cautelar, não está habilitada a satisfazer definitivamente o direito, mas tão-somente garantir a sua satisfação, uma vez que é instrumento destinado a assegurar a efetividade do processo. Trata-se então de medida instrumental e provisória (BEDAQUE, 2006, p. 243).

Noutras palavras, natureza cautelar assegurar o resultado prático do processo com o fim de afastar o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, isto é, são medidas conservadoras e, a natureza satisfativa objetiva antecipar ao autor, os efeitos da tutela pleiteada.

De acordo com o parágrafo único do artigo 294, do CPC/15, a tutela provisória poderá ser concedida em caráter antecedente (preparatória) ou incidental, isto é, antes ou no curso do procedimento principal.

Destaca-se que o “caráter” a que se refere o aludido artigo, concerne ao momento procedimental em que a tutela antecipada satisfativa ou cautelar, poderá ser requerida ou concedida.

Sobre o momento processual em que a tutela antecipada pode ser requerida/concedida, Alvin assegura que:

[...] a tutela pode ser antecipada em qualquer momento, [...] pode ser que o elemento urgência só tenha feito presente no curso do processo, justificando que o pedido de antecipação de tutela seja feito não na petição inicial, mas por petição avulsa no instante processual em que a urgência vier a restar efetivamente caracterizada. [...] não podemos falar em preclusão no que diz respeito ao momento processual (2008, p. 103).

A cognição sumária realizada para a antecipação dos efeitos da tutela decorre do fato de que a medida pode ser requerida e concedida em qualquer fase processual, inclusive liminarmente e em segundo grau de jurisdição. Conforme ensina Humberto Theodoro Jr, “não há um momento certo ou preclusivo para a postulação e deferimento da tutela. poderá tal ocorrer no despacho da inicial, mais também se dar ulteriormente, conforme o



desenvolvimento da marcha processual e a superveniência de condições que a justifiquem” (RODRIGUES, 2013, p. 26).

No que tange ao requerimento ou concessão de tutela antecipada requerida em caráter incidental, não há inovações, trata-se de pedido de tutela antecipada requerido no curso do processo, nos próprios autos, e independentemente do pagamento de novas custas.

Já no que concerne à concessão da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, inovou o legislador, uma vez que garantiu ao autor, por meio de petição inicial, a possibilidade de limitar-se ao pedido de urgência. No entanto, enfatiza-se, que há dois procedimentos distintos para a tutela cautelar e satisfativa, conforme será amplamente demonstrado a seguir.

No que diz respeito à tutela cautelar requerida em caráter antecedente, deverá seguir as diretrizes disciplinadas nos artigos 305 ao 310, do CPC/15.

Assim, tem o autor, nos casos em que se tratar de tutela antecipada, de natureza eminentemente cautelar, o direito de na petição inicial se limitar à exposição sumária do direito que visa assegurar, além da demonstrar que demora na prestação jurisdicional, lhe acarretará prejuízos em consonância com o que reza o caput, artigo 305, do CPC/15.

Mencionado artigo, de certa forma, traz algumas semelhanças com o artigo 801, especificadamente nos incisos III e IV, do Código de Processo Civil de 1973, visto que também é requisito que a petição inicial indique a “lide e seu fundamento [...] a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão”.

No que diz respeito à exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão Marinoni e Mitidiero destacam que:

O qualificativo “sumária”, dado à exposição do direito ameaçado, está longe de significar que basta ao autor expor o direito ameaçado de forma pouco aprofundada. [...] A petição da inicial deve expor, de forma completa e aprofundada, a probabilidade de existência do direito ameaçado. O outro pressuposto, [...] é o receio de lesão, identificado como perigo de dano. A exposição do perigo é fundamental para evidenciar não só o direito à tutela cautelar, mas também a adequação da providência solicitada para prestar tutela de segurança (2011, p. 801-802).

Assim, resta claro que a petição inicial deverá evidenciar, além da urgência, o perigo de dano ao direito que se busca assegurar.

Destaca-se que uma vez recebida a petição inicial pelo órgão jurisdicional, o réu será citado em cinco dias para apresentar contestação. Nota-se que o art. 306 do atual Código, não inovou, mantendo o prazo de cinco dias, estabelecido pelo artigo 802, do

Código de Processo Civil de 1973.

Também não há inovação, no que consiste à consequência arcada pelo réu, em não contestar o pedido, uma vez que, tanto na previsão do art. 803, CPC/73 quanto na nova, art. 307, CPC/15, está previsto expressamente que presumirão aceitos pelo réu os fatos alegados pelo autor.

Uma vez contestado o pedido no prazo legal, e, havendo provas a serem produzidas, não será mais designada audiência de instrução e julgamento, como previa o parágrafo único do art. 803 do CPC/73. De acordo com parágrafo único, do artigo 307 do CPC, a partir da apresentação da contestação dentro do prazo, será observado o procedimento comum.

De outro modo, uma vez efetivada a tutela cautelar, deverá o autor, no prazo de trinta dias, formular pedido principal, nos mesmos autos, sem a cobrança de novas custas processuais. Ou seja, não há mais a necessidade de propositura da chamada ação principal, no prazo de trinta dias, como previa o CPC/73, consoante dispõe o art. 308 CPC/2015, evidenciando maneira mais célere e eficiente de obter a tutela jurisdicional.

Salienta-se, que após a apresentação do pedido principal, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação, conforme preleciona o artigo 308,§ 3, do novo CPC, devendo as partes ser intimadas por seus advogados ou pessoalmente, nos termos do artigo 334, do CPC/15, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 dias de antecedência. Em não havendo o acordo em audiência, o prazo para a apresentação de contestação, será iniciado a partir desta, de acordo com o que reza o artigo 335 do CPC/15.

Da mesma maneira, destaca-se que os efeitos da medida cautelar antecedente, poderão ser interrompidos, quando: o autor não formular pedido principal no prazo legal, na ausência de efetivação da medida dentro de trinta dias, nos casos de improcedência do pedido principal formulado pelo autor ou extinção do processo sem resolução de mérito. Nestas hipóteses mencionadas, ficará vedada a parte, salvo sob novo fundamento, renovar o pedido de acordo com parágrafo único artigo 309, do CPC/15.

Por fim, ressalta-se ainda, que o indeferimento da tutela cautelar não impede que a parte elabore pedido principal, nem influência no julgamento deste, exceto nos casos em que fora reconhecida a prescrição e/ou decadência.

Já a tutela satisfativa requerida em caráter antecedente deverá seguir as disposições previstas no artigo 303, § 1º, I e II, e §§ 2º ao 6º do novo Código.

Assim, tem o autor, nos casos em que tratar-se de tutela antecipada de natureza eminentemente satisfativa, a possibilidade de, na petição inicial, limitar-se ao pedido de

urgência.

Este procedimento implica na demonstração de elementos aptos a comprovar que o perigo na demora da prestação jurisdicional poderá comprometer a tutela de direitos do autor.

Todavia, além da demonstração do perigo na demora, a petição inicial deverá indicar o pedido de tutela final, a explanação sumária da lide, o direito que se busca realizar, o valor da causa (conforme §5º do art. 303), levando-se em consideração o pedido referente à tutela final, além de apontar que pretende valer-se do benefício contido no caput do mencionado artigo.

É oportuno destacar que na petição inicial, além dos requisitos do art.319 do CPC/15, se o autor optar pelo pedido de tutela provisória de urgência antecipada autônoma, conforme art. 303, § 5º, “deverá o autor destacar, de forma expressa na inicial, que está utilizando desse procedimento mais simplificado com vistas a uma identificação mais clara, de que não se trata de demanda principal, mas do procedimento antecedente” (ALVIM, 2017, *apud* REDONDO, 2015).

De acordo com Marinoni (2017) o requerimento de tutela antecipada mediante petição inicial “inacabada” poderá ser implicar num uso generalizado, uma que não há como precisar o que de fato é “urgência contemporânea à propositura da ação”. Tal imprecisão pode acarretar numa falsa aparência de situação de urgência e permitir que seja solicitada a tutela antecipada “sem ocorrer qualquer risco de ser vencido no processo”, posto que para que o processo não seja extinto e indeferida a tutela, basta que a petição inicial seja aditada em 5 dias (art. 303, § 6º, CPC/15).

Ressalta-se, por oportuno, que uma vez não estando presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada, a que se refere ao §6º do artigo 303, o órgão jurisdicional, determinará a intimação do autor, para que, no prazo de até cinco dias, emende a inicial.

Nota-se que antes de indeferir o pedido e consequentemente extinguir a inicial, o legislador possibilita ao autor mais uma oportunidade. Isto é, demonstra que o procedimento antecedente está empenhado na efetividade do direito substancial.

Nos casos em que, determinado o aditamento da inicial, o autor manter-se inerte, a petição que se limita ao pedido de tutela será indeferida e o processo será extinto, conforme § 2º do art. 303 (CPC/15).

De outro lado, conforme o § 6º (art. 303), nos casos em que, determinado a emenda da inicial, o autor não conseguir demonstrar os elementos aptos ao deferimento da

medida, a petição também deverá ser indeferida e extinta sem resolução de mérito.

Em relação ao requerimento de tutela provisória de urgência antecipada mediante petição inicial de forma mais simplificada, o CPC/15 inovou, pois o art. 303 trata de “uma sumarização formal para a tutela da sumarização material, o que consiste na abreviação procedimental, adotando técnicas que viabilizem a prestação da tutela jurisdicional de forma ágil” (ALVIM, 2017 *apud* CABRAL; CRAMER, 2015).

Frisa-se que no momento da concessão da medida, deve o juiz ater-se aos requisitos técnicos exigidos, uma vez que há possibilidade de estabilização desta medida.

Assim, quer-se evitar a banalização do requerimento em caráter antecedente, quando não tratar de pedido urgente. Afinal, este procedimento foi idealizado na perspectiva basilar de garantir a celeridade da tutela jurisdicional dos direitos por meio do processo, e este, como já visto, não deve ser visto apenas como um instrumento técnico, mas, sobretudo ético.

Ademais, é garantida ao autor a possibilidade de requerimento/concessão desta medida de urgência, em caráter incidental, como já acontecia no CPC/73.

Logo, ao mesmo tempo em que este procedimento propicia a efetividade e a celeridade da tutela jurisdicional, exige, em contrapartida, o comprometimento do autor na demonstração adequada e eficaz de que seu direito é de fato urgente.

Por outro lado, uma vez presentes os requisitos autorizadores, a tutela antecipada será concedida, nos termos do § 1º, artigo 303, do CPC/15, devendo o autor, no prazo de quinze dias ou prazo maior estabelecido pelo órgão jurisdicional, aditar a petição inicial, complementando a sua argumentação inicial, juntando novos documentos e requerendo a confirmação do pedido da tutela final.

Frisa-se que o mencionado aditamento, dar-se-á nos mesmos autos em que tiver sido formulado o pedido de urgência, e, portanto, não haverá incidência de novas custas processuais, evitando a duplicidade de processos, conforme o § 3º do art. 303 (CPC/15).

À vista disso, uma vez deferida à tutela satisfativa, o réu será imediatamente citado, todavia, o prazo para apresentação da contestação, começará a fluir, tão-somente, a partir da intimação do mencionado aditamento, prestigiando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

No entanto, com o fim de impedir que a tutela satisfativa antecedente se estabilize nos termos do artigo 304, caput, do CPC/15, será imprescindível a interposição de recurso, antes mesmo, de iniciar o prazo para apresentação da contestação.

Por essa razão, é de fundamental importância que o mandado de citação, contenha não apenas os requisitos inerentes a qualquer mandado desta natureza, mais também, a advertência expressa ao réu, sobre a possibilidade de estabilização da eficácia da medida, caso ela tenha sido concedida em caráter antecedente (VIANA, 2014, p. 136).

Destaca-se, que o CPC de 2015 prevê o instituto da estabilização dos efeitos da tutela antecipada satisfativa requerida em caráter antecedente, visando mais celeridade e efetividade na concretização do direito pleiteado, na qual será pormenorizado no próximo item.

### **3.3 A estabilização da tutela antecipada como instrumento da efetividade do processo e do acesso à justiça.**

De acordo com o que foi desenvolvido no item 2.2 deste trabalho, restou evidenciado que um dos principais obstáculos à efetividade da prestação jurisdicional é sem dúvida a morosidade e o excesso de formalidade com que é conduzido o processo no Brasil.

Sabe-se que o processo civil contemporâneo deve estar comprometido com a efetividade do direito substancial, assegurando ao cidadão, instrumentos aptos a concretização da tutela de direitos e à realização da justiça.

É neste contexto que o Código de Processo Civil de 2015 traz a estabilização da tutela antecipada, conforme art. 304, como um instrumento processual diferenciado, capaz de garantir maior efetividade e celeridade a almejada tutela jurisdicional.

Sobre a temática da antecipação e estabilização da tutela, muito antes do Código de Processo Civil 2015, foi travada uma discussão ao redor da temática, com a proposta o advento do Projeto de Lei nº 186/2005, do Senado Federal, tendo sido formada uma comissão, integrada por José Roberto dos Santos Bedaque, Kazuo Watanabe, Luiz Guilherme Marinoni e Ada Pellegrini Grinover, a fim discutir o assento de forma pormenorizada.

Tal projeto tinha objetivava modificar os §§ 4º e 5º do art. 273, e acrescentar os arts. 273-A, 273-B, 273-C e 273-D à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para permitir a estabilização da tutela antecipada. (BRASIL, 2005).

A saber, seguem os artigos propostos:

Art. 273-A. A antecipação de tutela poderá ser requerida em procedimento antecedente ou na pendência do processo.

Art. 273-B. Aplicam-se ao procedimento antecedente, no que couber, as disposições do Livro III, Título único, Capítulo I deste código.

§ 1º. Preclusa a decisão que apreciou o pedido de tutela antecipada, é facultado à

parte interessada propor ação de conhecimento, no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º. Não intentada a ação, a medida antecipatória adquirirá força de coisa julgada nos limites da decisão proferida.

Art. 273-C. Preclusa a decisão que apreciou o pedido de tutela antecipada no curso do processo, é facultado à parte interessada requerer seu prosseguimento, no prazo de 30 (trinta) dias, objetivando o julgamento de mérito. Parágrafo único. Não pleiteado o prosseguimento do processo, a medida antecipatória adquirirá força de coisa julgada nos limites da decisão proferida.

Art. 273-D. Proposta a ação de conhecimento, ou retomado seu curso, eventual extinção do processo, sem julgamento do mérito, não determinará a ineficácia da medida antecipatória, ressalvada a carência da ação, se incompatíveis as decisões.

Tal projeto de Lei a justificava a proposta de a tutela vir a ser estabilizada, ao dizer que:

[...] A proposta de estabilização da tutela antecipada procura, em síntese, tornar definitivo e suficiente o comando estabelecido por ocasião da decisão antecipatória. Não importa se se trata de antecipação total ou parcial. O que se pretende, por razões eminentemente pragmáticas – mas não destituídas de embasamento teórico – é deixar que as próprias partes decidam sobre a conveniência, ou não, da instauração ou do prosseguimento da demanda e sua definição em termos tradicionais, com atividades instrutórias das partes, cognição plena e exauriente do juiz e a correspondente sentença de mérito.

Nesse sentido tinha-se por objetivo deixar que “as próprias partes decidirem sobre conveniência, ou não, da instauração ou do prosseguimento da demanda” em contrapartida com com o iter predimental exauriente, típicos dos procedimentos comuns à época, o que representa uma proposta de quebra de paradigmas, tendo em vista a necessidade do provimento jurisdicional efetivo às partes. (GRINOVER, 2005).

Com tal projeto, já era notória a necessidade de se avançar na busca por um provimento jurisdicional mais célere, objetivando conceder aos sujeitos da angulação processual a prerrogativa de definir os rumos do processo, no sentido de lhes dar a opção de escolherem contentar-se com uma decisão sumária ou prosseguirem com o processo principal. Infelizmente, em que a época do projeto 186/2005 já se discutisse a temática, somente foi incorporada ao sistema processual brasileiro no CPC/15.

Trata-se, da estabilização da tutela antecipada, de natureza eminentemente satisfativa, requerida em caráter antecedente, cuja função é permitir a manutenção da eficácia da medida antecipatória até que seja eventualmente impugnada foi inspirada no sistema italiano e francês (BRASIL, 2010).

Antes de adentrar nas questões do atual código, pra uma melhor compreensão de tal instituto, torna-se imprescindível falar de suas origens.

Sendo assim, no sistema processual francês, o procedimento é denominado como *référé*, possui caráter satisfativo e muito embora assegurem a estabilização da decisão

antecipatória, tendo força executiva plena, não se revestem da autoridade da coisa julgada (GRINOVER, 2005, p. 214-232).

Alvim, ao falar da origem francesa da estabilização da tutela, destaca que:

[...]Embora tal figura esteja prevista em diversas passagens do *Nouveau Code de Procédure Civile*, a sua definição pode ser encontrada no art. 484, que assim dispõe: ‘A *ordonnance de référé* é uma decisão provisória, proferida a requerimento de uma parte, presente ou convocada a outra, nos casos em que a lei confere a um juiz que não é o da causa principal o poder de ordenar imediatamente as medidas necessárias’ (2016, p. 182).

Theodoro Jr. assevera que o procedimento *référé* no processo civil francês:

[...] cumpre o papel de tutela de urgência permitindo a adoção rápida de equacionamento para questões de mérito, tal como acontece na antecipação de tutela do direito brasileiro. Não o faz entretanto em incidente do processo de conhecimento, nem em ação cautelar preparatória de futura ação principal. Instaura-se, simplesmente, um processo autônomo e sumário, cuja decisão pode ser, ou não, seguida de revisão em processo definitivo (2008, p. 137).

O magistrado Francês Alain Lacabarats, entrevistado por Reis, sintetiza que o sucesso do procedimento *référé*, cujo objetivo é uma medida provisória sem autoridade de coisa julgada, deve-se em razão dos interesses práticos essenciais, mas, sobretudo, em função de um ideal de uma justiça rápida, eficaz, desprovida de formalismo e da complexidade de seus mecanismos (ANDRIGHI, 2007, p. 397).

Já no sistema processual italiano, o referido procedimento, foi introduzido na Itália, no ano de 2003, definido como *il référé italiano*, cuja eficácia da decisão também deixou de ser condicionada necessariamente ao futuro da demanda principal (FREITAS JR, 2013, p. 187-189).

A aludida estabilização exige a ausência de interposição de recurso pelo réu, à decisão que concede a tutela antecipada satisfativa, nos termos do art. 303, requerida em caráter antecedente, conforme preconiza o caput, do artigo 304, do CPC/15.

Assim, a aplicabilidade deste instrumento implica fundamentalmente em dois atos: primeiro na concessão da tutela satisfativa antecedente, e, segundo na inércia do réu, no que tange à interposição de recurso.

De acordo com Ribeiro o fato da concessão da estabilização da tutela antecipada estar condicionada à providência recursal, implica em uma restrição, pois o réu ao invés de interpor recurso (agravo de instrumento), de apresentar contestação no mesmo prazo (2016, p. 227).

Cita ainda o autor o entendimento de Daniel Mitidiero sobre o assunto, ao dizer que “a manifestação do réu no primeiro grau de jurisdição serve tanto quanto a interposição do recurso para evitar a estabilização dos efeitos da tutela” (RIBEIRO, 2016 *apud* MITIDIERO,

2015).

Neste contexto, a tutela antecipada é estabilizada, propiciando a celeridade nos resultados práticos almejados pelo autor; Momento em que o processo será extinto (§ 1º, art. 304, CPC/15).

Em resposta a estabilização da tutela antecipada, o legislador de 2015 conferiu ao réu (§ 2º, art. 304) o direito de propor ação, com cognição exauriente, visando rever, reformar ou a invalidar a tutela antecipada estabilizada (RIBEIRO, 2016, P. 228-229).

Cabe ressaltar que a possibilidade propor da ação prevista no (§ 2º, art. 304, CPC/15), cabe apenas ao réu. Caso o autor entenda que a tutela do direito que lhe foi concedida seja insuficiente ele pode renunciar à tutela do direito e propor ação para pleitear outra forma de tutela, outro modo de prestação da tutela ou a própria tutela de direito em maior extensão (MARINONI, 2017, p. 240).

A estabilização desta medida fundamenta-se na conservação de seus efeitos, enquanto a decisão que a concedeu, não for revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito, nos termos do § 3º do art. 304, CPC/15. Logo, assegura ao autor, possibilidade real de efetivação da tutela jurisdicional.

No entanto, uma vez estabilizada a tutela, conforme § 4º do art. 304, CPC/15, “qualquer das partes poderá requerer o desarquivamento dos autos em que foi concedida a medida estabilizada, para instruir a petição da ação para discuti-la”.

Ainda de acordo com o § 5º do art. 304, CPC/15, tem-se que direito de reformar ou invalidar a tutela estabilizada extingui-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo, nos termos do § 1º o der réu o extenso prazo de dois anos para propor ação principal no intuito de reformá-la.

Sobre o prazo previsto no § 5º, acima descrito, é importante salientar que se trata de prazo decadencial e, portanto, não é admitida a suspensão ou a interrupção (RIBEIRO, 2016, p. 229).

Frisa-se, a estabilização da medida, em nada tem haver com a apresentação de contestação, uma vez que a tutela satisfativa requerida em caráter antecedente limita-se ao pedido de urgência e ao pedido final. Isto é, a ação só poderá ser contestada, após o seu aditamento, momento em que deverão estar presentes todas as condições da ação exigidas por lei.

De acordo com Ribeiro:

[...] a idéia central da estabilização da tutela antecipada consiste no fato que a decisão proferida em sede de antecipação de tutela (antecedente) produzir e manter seus efeitos, independentemente da continuidade do processo por meio de cognição



plena, nos casos em que as partes se conformarem com tal decisão (2016, p. 224).

Desta forma, uma vez aditada à petição inicial, e citado o réu, conforme preconiza o artigo 303, incisos I e II, do CPC/15, não caberá mais o benefício da estabilização, independentemente de apresentação de resposta pelo réu.

Sublinha-se, que a estabilidade consiste em propiciar, através do processo, meio apto a garantir a efetividade do direito material, que ora suplica por urgência, conservando princípios assegurados constitucionalmente como: do contraditório, da ampla defesa e da segurança jurídica, da economia processual.

Esta medida resguarda pela conservação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que proporciona à parte adversa, tanto a possibilidade de constituir decisão de mérito, quanto desconstituir a decisão que concedeu a medida.

Logo, apenas será proposta ação nos casos em que as partes realmente tenham interesse no provimento principal, ou seja, na efetivação da tutela antecipada através da sentença de mérito, seja por sua efetivação ou por sua desconstituição. O que, a princípio, seria possível apenas posteriormente após longo exaurimento da fase instrutória do processo.

Frisa-se também, que a estabilidade da medida não fere o princípio da segurança jurídica, visto que a decisão que a concede não faz coisa julgada material, mas tão-somente formal, podendo ser reexaminada posteriormente, ou seja, trata-se de medida não imutável.

Nesse sentido, Ribeiro salienta que a opção do legislador do CPC/15 no que diz respeito à ausência da coisa julgada se dá de forma correta, posto que: “em consonância com o direito italiano e o francês, o instituto da coisa julgada é incompatível com a decisão proferida com base em cognição superficial e, por isso mesmo, provisória e sujeita à confirmação” (2016, p. 229).

Sobre o assunto, Talamini destaca:

[...] O instituto da coisa julgada é constitucionalmente incompatível com decisão proferida com base em cognição superficial e, por isso mesmo, provisória, sujeita à confirmação. Há uma vinculação constitucional da coisa julgada à cognição exauriente. Ainda que não exista disposição expressa nesse sentido, isso é uma imposição da proporcionalidade e da razoabilidade extraíveis inclusive da cláusula do devido processo (2012, 28).

Entretanto, ao mesmo tempo em que o CPC propõe que a decisão concedida não faz coisa julgada material, prevê expressamente, prazo de dois anos, para rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada (parágrafo 2º do art. 304, do CPC/15). A contagem do prazo terá início a partir da ciência da decisão que extinguiu o processo.

Vale lembrar, que a estabilização é um instrumento apto a efetivar mais rapidamente o direito do autor, entretanto, não o impede de optar por dar continuidade pelo procedimento preparatório, que possibilita o requerimento da tutela antecipada nos mesmos autos do processo principal.

Neste ponto, acrescenta-se ainda, que na sistemática processual de 73 já se previa o ônus de interpor agravo de instrumento, à parte (autor/réu), que mostrar-se insatisfeita com o indeferimento/deferimento da tutela antecipada.

Ademais, nota-se, que a medida de estabilização possibilita uma redução no que tange ao número de processos submetidos à apreciação judicial, privilegiando igualmente, o princípio da economia processual, porque uma vez estando às partes satisfeitas com o que foi decidido, não há mais litígio, e, portanto evitam o ajuizamento de nova ação de conhecimento (NUNES, 2015).

De acordo com Lamy, o princípio da economia processual consiste na:

[...] concepção de que o processo deve ser empregado o mínimo possível para obter-se aquilo que realmente constitui a tutela jurisdicional: o resultado que ela produz. [...] O princípio da economia processual explica e deixa clara, portanto, a função eminentemente instrumental do processo, de tal forma que não pode haver um desequilíbrio entre o processo e o resultado por ele proporcionado (2004, p. 92-93).

No mais, não se pode olvidar, no eventual problema concernente à proliferação de pedido de tutela satisfativa antecedente, na expectativa de conseguir a estabilização, ante a inércia do réu.

Cabe destacar que para melhor compreender o instituto da estabilização da tutela antecipada faz necessário partir do pressuposto que, de acordo com § 6º do art. 304 (CPC/15), a decisão que concede a tutela não faz coisa julgada.

Sendo assim, é importante destacar que no entendimento de Marinoni admitir a estabilização da tutela antecipada significa:

[...] aceitar que os efeitos exaurientes da tutela e os efeitos processuais que ainda podem ser produzidos para o alcance não podem ser questionados sem a propositura da ação de reforma ou de invalidação da tutela (2017, p. 242).

Em relação à coisa julgada, conforme já citado, o legislador do CPC/15 deixou claro no § 6º do art. 304 que “a decisão que concede a tutela não fará coisa julgada” e, conforme o § 3º do mesmo artigo, restou positivo também que “a tutela antecipada conservará seus efeitos”.

No que diz respeito aos §§ 3º e 6º do artigo 304 (CPC/15) é importante destacar que “a tutela antecipada, após a extinção do processo, conserva os seus efeitos executivos, ou seja, após a extinção do processo há estabilização da tutela, no sentido de seus efeitos executivos e materiais exauridos restarem conservados. (MARINONI, 2017, p. 244).

Com isso, na visão de Marinoni, o legislador do CPC /15 quis elucidar que não pode ser atribuído à estabilização da tutela qualquer efeito precluso próprio da coisa julgada, uma vez que o direito afirmado pelo autor pode voltar a ser discutido pelo demandado em qualquer processo (2017, p.244-245).

Em última análise, cabe destacar que, o instituto da estabilização da tutela antecipada tem sido objeto de estudo de processualistas renomados, numa tentativa de uma sistematização e de seu aprimoramento, merecendo destaque, os seguintes enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis:

[...] Enunciado n. 33. (art. 304, §§) Não cabe ação rescisória nos casos de estabilização da tutela antecipada de urgência; [...] Enunciado n. 420. (art. 304) Não cabe estabilização de tutela cautelar; [...] Enunciado n. 421. (arts. 304 e 969) Não cabe estabilização de tutela antecipada em ação rescisória. (VIANA JÚNIOR, 2017).

Partindo para uma análise dos enunciados supramencionados, merecem destaque dois pontos: a ação rescisória se aplicar quando há coisa julgada material e ao fato de que não se aplicar a tutela cautelar.

Em relação ao entendimento dos enunciados n. 33 e n. 421 fica estabelecida uma relação de incompatibilidade entre a estabilização da tutela antecipada e a ação rescisória.

Nesse sentido, em relação a coisa julgada e a estabilização da tutela antecipada, Eduardo Talamir esclarece que: “imputar a autoridade de coisa julgada material à decisão concessiva da medida urgente, quando estabilizada. Mas isso seria incompatível com a cognição meramente sumária que respalda a concessão da medida de urgência” (2016).

Ainda de acordo com Talamir (2016), o instituto da coisa julgada é constitucionalmente incompatível com decisão proferida com base em cognição superficial e, por isso mesmo, provisória, sujeita à confirmação. Nesse sentido afirma o autor que:

[...] A emissão de decisões amparadas em cognição sumária (superficial) não é, em si mesma, incompatível com as garantias do processo. Renuncia-se a uma investigação mais completa e aprofundada das questões relevantes para a solução do conflito em troca de uma decisão célere. Mas se paga um preço pelo emprego da cognição superficial. A contrapartida razoável consiste na impossibilidade de que a decisão adquira o mesmo grau de estabilidade atribuível ao resultado da cognição exauriente. Adota-se solução de compromisso: sacrifica-se a profundidade e se produz um pronunciamento urgente e apto a gerar os resultados concretos desejados, mas que não constitui decisão definitiva.

Já em relação ao enunciado n. 420 e o não aplicabilidade do instituto da estabilização da tutela às tutelas cautelares, resta claro que, conforme anteriormente mencionado, as tutelas cautelares visam assegurar, proteger um direito e, não realizá-lo (satisfazê-lo).

Sendo assim, conforme disposto no caput do art.304, “a tutela antecipada, concedida

nos termos do art. 303, torna-se estável”, ou seja, o legislador do CPC/15 delimitou que a estabilização da tutela aplica-se apenas a tutela antecipada (e não a cautelar) concedida de forma antecedente (art. 303).

Sobre o assunto, Ribeiro afirma que: “a regra da estabilização, ao menos numa interpretação literal, serve tão somente à tutela antecipada, não valendo para a cautelar”. (RIBEIRO, 2016, p. 225).

Entretanto, enfatiza-se, que a estabilização foi idealizada na tentativa de propiciar maior efetividade e celeridade a tutela jurisdicional, frente à urgência da parte que realmente necessita, e não para servir como gancho à obtenção de resultados fáceis e rápidos, na tentativa de esquivar-se do crivo do procedimento ordinário.

Assim, conforme já visto, a estabilidade da tutela antecipada apenas socorrerá o autor que lograr êxito em comprovar que o perigo na demora da prestação jurisdicional comprometerá seu direito, além de contar com a imprescindibilidade da inércia do réu.

Desta forma, conclui-se, que com o procedimento da estabilização se tem a sumarização do procedimento, objetivando a simplificação processual, sem entraves para ambas as partes, visto que contempla diversos princípios constitucionais, contribuindo ainda com a diminuição de demandas desnecessárias, que por vezes, poderão ser inócuas.

## CONCLUSÃO

A temática do acesso à justiça não pode restringir-se ao acesso ao Poder Judiciário, uma vez que a consolidação da “ordem jurídica justa”, apresentada por Watanabe (1988), está consubstanciada com o princípio da igualdade de possibilidades, com valores e garantias constitucionais, e, sobretudo, com a efetivação do direito substancial.

Enfatiza-se que o acesso a justiça apenas será pleno, quando for assegurado ao cidadão, não apenas o ingresso ao judiciário, mas primordialmente, o direito elementar de obter tutela jurisdicional efetiva e célere, através de instrumentos adequados, aptos a garantir a efetividade da tutela de direitos.

Assim, mostra-se necessário, a adequação do processo ao direito material, bem como o aprimoramento de técnicas processuais simplificadas, capazes de garantir a realização da almejada prestação jurisdicional, uma vez que o processo civil contemporâneo pressupõe celeridade e técnicas adequadas a este fim.

Logo, o direito processual deve acompanhar a evolução do conceito de acesso à justiça, buscando não apenas conferir direitos e garantias, mas fundamentalmente, assegurar as pessoas, acesso amplo à justiça por meio de processo comprometido com resultados equânimes, céleres, e principalmente, em prazo razoável.

Destarte, partindo de uma concepção de Estado Democrático de Direito, conclui-se, que o processo não se trata de mero instrumento processual, mas sim, de instrumento primordialmente constitucional, apto a realizar o direito material.

Verifica-se, neste tocante, a necessidade de romper com os obstáculos que inviabilizam a efetividade da tutela dos direitos, e conseqüentemente, na concretização do acesso pleno à justiça, que por certo, são marcados pelo excesso de formalismo e pela morosidade processual exacerbada.

Neste sentido, visando o desenvolvimento do processo justo e equânime, apresenta-se fundamental a modernização do sistema jurisdicional e a introdução de novos instrumentos processuais, capazes de eliminar as etapas obsoletas do processo, reduzir o excesso de formalismo e principalmente promover a efetividade do direito substancial.

Assim, defronte às variações de direito material e as lacunas existentes, as tutelas diferenciadas, mediante a aplicação da técnica de cognição sumária, foram idealizadas no intuito de realizar o direito substancial de forma eficiente, revelando-se como uma técnica harmônica entre o processo e o direito material, apta a viabilizar a efetividade da tutela jurisdicional adequada, efetiva, e, sobretudo, tempestiva.

Deste modo, a tutela provisória (cautelar e satisfativa), tem por objetivo principal, romper com o atual formalismo processual, assegurando um sistema processual mais simplificado, garantindo maior efetividade aos direitos ameaçados ou violados, por meio de um processo mais eficaz.

E por fim, considerando a necessidade de aprimoramento de uma técnica processual, capaz de realizar efetivamente o direito substancial, a estabilização da tutela antecipada, trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, mostra-se, como um instrumento apto a concretizar mais rapidamente a tutela de direitos, rompendo assim com as barreiras do formalismo e da morosidade processual que inviabilizam o “acesso à ordem jurídica justa”.

Tendo em vista os aspectos observados, em que pese a estabilização da tutela antecipada ainda ser uma temática em discussão, conclui-se que é um instrumento do processo, devendo ser usada tendo em vista a celeridade nos resultados práticos almejados pelo autor, Logo, nesse sentido o fato de sua concessão estar condicionada à providência recursal, uma vez que implica numa restrição deve ser superado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Manuel et. al. **Processo e democracia**. Coleção: ensaios de processo civil, Editora Conceito, 2011.

ALVIM, Arruda. In: Anotações sobre alguns aspectos das modificações sofridas pelo processo hodierno entre nós. *Revista de Processo*. REPRO 97, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 25. jan./mar. 2000.

ALVIM, Arruda; DE ASSIS, Araken; ARRUDA ALVIM, Eduardo. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2ª. Ed. Barra Funda: Revista dos Tribunais, 2013.

ALVIM, Eduardo Arruda. **Antecipação de tutela**. Biblioteca de Estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. 2. Ed. Editora Juruá, 2008.

ALVIM, Eduardo Arruda. **Tutela Provisória**. 2º Ed. São Paulo. Saraiva, 2017.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. A Gênese do Sistema “Penhora *onLine*”. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos *et al.* (Coord.). **Execução Civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 387-388.

ANNONI, Danielle. **O direito humano de acesso à justiça no Brasil**. Editora: Sérgio Antônio Editor, 2008.

BALUTA, José Jairo. A função jurídico protetiva do estado como instrumento de promoção da justiça social. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas. Curso de Pós- Graduação em Direito, Curitiba, 2008.

Disponível em:

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/17502/JOSE%20JAIRO%20BALUTA.pdf?sequence=1%3E>. Acesso em 20 ago 2016.

BARBOSA, Andrea Carla. Direito em Expectativa: as tutelas de urgência e evidência no projeto do novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**. Barra Funda, ano XXXVI, nº 194, p. 243-276, abr. 2011.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 4º Ed. Editora Saraiva, 2013.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos; TUCCI, José Rogério cruz e. **Os elementos objetivos da demanda à luz do contraditório, in Causa de pedir e pedido do processo civil**, Ed. RT, 2002.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo: influência do direito material sobre o processo**. 5ª ed. ver. e amp. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência:(tentativa de sistematização). 2009.

BEZERRA, Paulo Cezar Santos. **Acesso à justiça**. Um problema ético-social no plano da realização do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BRASIL. Projeto de Lei nº 186/2005. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=663259&disposition=inline>> Acesso: 10 de jun de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 21 de set de 2016

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm)> Acesso: 06 de out de 2016

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8046/2010**, Código de Processo Civil. Disponível em 21/05/2014 [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=831805&filename=PL+8046/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831805&filename=PL+8046/2010) > Acesso 21 out de 2016

BUENO, Cássio Sacarpininella. **Curso sistematizado de direito processual civil**: tutela antecipada, tutela cautelar, procedimentos cautelares específicos. 4 ed., Editora Saraiva, 2012.

CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. Comentários ao novo código de processo civil. Rio de Janeiro. Forense, 2015.

CAOVILLA, Maria aparecida Lucca. **Acesso à justiça**: uma avaliação crítica da defensoria em Santa Catarina. 2 ed. ver. ampl. 2006.

CALAMANDREI, Pietro. **Introdução ao estudo sistemático dos procedimentos cautelares**. Campinas: Servanda, 2000.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O direito à duração razoável do processo: entre deficiência e garantias. **Revista de Processo -**: RePro, São Paulo, v. 38, n. 223, p.39-54, Set. 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Almedina, Coimbra, 2000.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 2002.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Da antecipação de tutela**. Forense, 2005.

CIANCI, Mirna. **A razoável duração do processo – Alcance e significação – Uma leitura constitucional da efetividade no direito processual civil**. Revista de Processo, São Paulo, ano 38, v. 225, p. 13-64, nov. 2013.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **O processo civil no Estado constitucional e os fundamentos do Projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro**. Revista de Processo, São Paulo, ano 37, v. 209, p. 349-374, jul. 2012.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instrumentalidade do processo**. 11. ed. , rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003.



DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 2013.

DUARTE, Francisco Carlos. **Tutela de urgência e risco: em defesa dos direitos fundamentais**, volume I, Editora Juruá, 2005.

DIEDER JR., Fredie; BRAGA, Saurno Paula; ALEXANDRIA, Oliveira Rafael. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória**. 11. ed. Bahia. JusPODIVM, 2016.

FREITAS JÚNIOR, Horival Marques de. **Breve análise sobre as recentes propostas de estabilização das medidas de urgência**. Revista de Processo, São Paulo, ano 38, v. 225, p. 179-222, nov. 2013.

FUX, Luiz. **Tutela de segurança e tutela da evidência**. São Paulo: Saraiva, 1996.

\_. **O novo processo civil brasileiro: Direito em expectativa**. Coordenação de Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo em evolução**. 2.ed. Uberaba: Forense, 1998

GRINOVER, Ada Pellegrini. Tutela jurisdicional diferenciada: a antecipação e sua estabilização. 2005.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e Cidadania, na construção da República Brasileira**. 1988, Editora Hucitec.

LAMY, Eduardo de Avelar. **Flexibilização da tutela de urgência: a redução da forma na utilização às técnicas cautelar e antecipatória**. Curitiba: Juruá, 2004.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MACHADO, Marcelo Pacheco. **Simplificação, autonomia e estabilização das tutelas de urgência: análise da proposta do Projeto de novo Código de Processo Civil**. Revista de Processo, São Paulo, ano 36, v. 202, p. 233-268, dez. 2011.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Efetividade do Processo e Tutela de Urgência**. Sérgio Antonio Fabris Editor, 1994.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela de Urgência e Tutela de Evidência: Soluções processuais diante do tempo da justiça**. Editora Revista dos Tribunais. Edição 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. Estudos de direito processual civil—homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão. **São Paulo: Editora Revista dos Tribunais**, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **O projeto do novo CPC: crítica e propostas**. Editora Revista dos Tribunais, 2º tiragem, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil: comentado artigo por artigo**. Revista dos Tribunais, 2014.

MARIONI, Guilherme Luiz. **Tutela de urgência e Tutela evidência**: soluções processuais diante do tempo da justiça. 1. Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2017.

MEDEIROS, Isabela. **Assistência jurídica gratuita**: cidadania e emancipação. Editora Lumem Júris Direito, 2013.

MORAES, Alexandre de Moraes. **Direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MORALLES, Luciana Camponez Pereira. **Acesso à justiça e princípio da igualdade**. Editora Sergio Fabris editor, 2006.

MOREIRA, Barbosa. **Por um processo socialmente efetivo**. Revista de Processo. São Paulo, v.27, n.105, p. 183-190, jan./mar. 2002.

MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro. **Coisa Julgada**. Belo Horizonte: Fórum, 2008, resenha por Fredie Didier Jr. Revista de Processo, São Paulo, ano 33, v. 157, p. 369-370, mar. 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**, 8º Ed. revista atualizada e ampliada, Coleção: estudos de direito de processo/ Eurico tullio lienman- vol. 21, Editora dos Tribunais, 2004.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 2ª Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método. 2010.

NUNES, B. V. **Tutela Antecipada Antecedente no novo Código de Processo Civil**. Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Brasília, v.40, n.2, p. 31-50, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. **Concepções sobre Acesso à Justiça**. Revista Dialética de Direito Processual, São Paulo, n. 82, p. 43 a 53, jan. 2010.

PILATI, Adriana. As garantias constitucionais das partes nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. **Artigo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p.41, 2009.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Teoria geral do processo civil contemporâneo**. 3 ed. ampliada, revista atualizada, Editora Lumem Júris, 2010.

RIBEIRO, F. S. Leonardo. **Tutela provisória**: tutela de urgência e tutela de evidência do CPC/1973 ao CPC/2015. 2. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2016.

RODRIGUES, Horacio Wanderlei. **Acesso à justiça no direito processual brasileiro**. 1. ed. Editora Acadêmica , 1994.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati; SOUZA, Maria Carolina Rosa de. A possibilidade da concessão de ofício da tutela antecipada fundada no direito fundamental de acesso à Justiça. **Revista de Processo -**: RePro, São Paulo, v. 38, n. 223, p.173-198, Set. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Ernane Fidélis, dos et. al. Execução Civil: estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Junior Wambier. Revista dos tribunais. São Paulo.

SEIXAS, B. S. de.; SOUZA, R. K. S. Evolução histórica do acesso à justiça nas constituições brasileiras. Revista Direito e Democracia, Canoas, v. 14, n. 1, p. 68 – 85, jan./jun 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/viewFile/2660/1883>. Acesso em: 20/12/2016.

SILVA, Jaqueline Mielke Sila, **Tutela de urgência: De Pietro Calamandrei a Olvídio Araujo Baptista da Silva**. 2009, p. 29, Verbo Jurídico, 2009.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de Processo Civil: processo cautelar, tutela de urgência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense 2008.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Teoria Geral e Processo de Conhecimento** - 2ª Ed. 2007.

SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de processo civil: processo cautelar (tutela de urgência). **São Paulo: Editora Revista dos Tribunais**, 1998.

SOARES, Rogério Aguiar Munhoz. **Tutela jurisdicional diferenciada: tutelas de urgência e medidas liminares em geral**. São Paulo: Malheiros, 2000.

SOUZA, Artur César. **Análise da Tutela Antecipada no Projeto da Câmara dos Deputados no Novo CPC**. Revista de Processo, v. 230, p. 127, abr. 2014. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/download/biblioteca/repro230.pdf>. Acesso em: 21 de out de 2016.

TALAMINI, Eduardo. **Ainda a estabilização da tutela antecipada**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236877,31047>  
Ainda+a+estabilizacao+da+tutela+antecipada. Acesso em: 15 de jun de 2017.

TALAMINI, Eduardo. **Tutela de urgência no Projeto de novo Código de Processo Civil**: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro. Revista de Processo, São Paulo, ano 37, v. 209, p. 13-34, jul. 2012.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: Processo de execução e processo cautelar**. Vol. III. 39ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Tutela antecipada. Evolução. Visão comparatista. Direito brasileiro e direito europeu. In: **Revista de Processo**. 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. A autonomização e a estabilização da tutela de urgência no Projeto de CPC. 2012.

VAZ, Paulo Afonso Brum. **Manual da tutela antecipada: doutrina e jurisprudência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

VIANA JUNIOR, Dorgival. **Enunciados interpretativos sobre o Novo CPC do FPPC** –

**2017.** 2017. Disponível em: <<http://www.novocpcbrasileiro.com.br/enunciados-interpretativos-sobre-o-novo-cpc-do-fppc/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

VIANA, Juvencio Vasconcelos. **Do processo cautelar**. Editora Dialética, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**, 12º Ed. revista atualizada e ampliada, volume 1, Editora dos Tribunais, 2011.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. **Participação e Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

WATANABE, Kazuo. **Cognição no processo civil**. 2012.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da Tutela**. Editora Saraiva, 1997.